

Capitalismo em crise?

Ladislau Dowbor, Luiz Filgueiras, Gláucia Campregher, Elias Jabbour, Bruna Ferraz Raposo, Mateus Ubirajara Silva Santana, Marcelo Dias Carcanholo, Antonio Corrêa de Lacerda e Isabela Callegari questionam se o capitalismo passa por uma crise cíclica ou terminal, com base na discussão do funcionamento do sistema, financeirização, revolução digital, sociedade do conhecimento, transição de modos de produção, bolha do subprime, experiência chinesa, tese do tecnofeudalismo, reshoring, nearshoring e friendshoring.

**Rodrigo Castelo escreve para a série
“Atualizando o debate sobre dependência econômica”**



Capitalismo em crise?

■ O capitalismo vive a sua crise final ou vai se reinventar? Qual é o estágio atual do capitalismo? O estágio da financeirização já foi superado e substituído pelo tecnofeudalismo? Para onde vamos?

Ladislau Dowbor, da PUC-SP, avalia que enfrentamos a revolução digital, transformação tão profunda, ou mais, do que a revolução industrial. Hoje é a sociedade do conhecimento que move o conjunto.

Luiz Filgueiras, da Ufba, enfatiza que as crises fazem parte do funcionamento do capitalismo. A crise de 2007/8, ao contrário das três anteriores, não implicou, até agora, uma nova ordem capitalista.

Gláucia Campregher, também da Ufba, faz uma análise fundamentada no marxismo. Estamos vivendo uma transição de modos de produção, mas não para um “mais produtivo e avançado”.

Elias Jabbour, da Uerj, destaca o *leapfrog* do socialismo evidenciado pelo sucesso da experiência chinesa, que está superando o capitalismo em todos os seus *fronts*.

Bruna Ferraz Raposo, da UFF, ressalta que, desde o fim dos anos 1970, o capitalismo opera sob a lógica da financeirização. A questão hoje é se vivemos uma crise da financeirização ou uma nova financeirização da crise.

Mateus Ubirajara Silva Santana, da UFRRJ, desconstrói a tese do tecnofeudalismo, que não considera a capacidade do capital de se reconfigurar e incorporar novas formas de exploração e apropriação da riqueza e valor.

Marcelo Dias Carcanholo, da UFF, julga que o capitalismo enfrenta uma crise cíclica estrutural desde o estouro da bolha do *subprime* nos EUA em 2007, mas é dinâmico o suficiente para renascer das (aparentes) cinzas.

Antonio Corrêa de Lacerda, da PUC-SP, aponta as transformações da estrutura produtiva mundial, com a reorganização das cadeias de suprimentos. O foco no custo deu lugar ao *reshoring*, *nearshoring* e *friendshoring*.

Isabela Callegari, do IFFD, acredita que as mudanças extremamente aceleradas trazidas pela digitalização da vida corroboram a hipótese de que estamos em um período de transição, no qual capitalismo e tecnofeudalismo coexistem.

Na série “Atualizando o debate sobre dependência econômica”, publicamos o artigo de Rodrigo Castelo.

Sumário

Capitalismo em crise: ainda é capitalismo?	3
<i>Ladislau Dowbor</i>	
Crises, capital financeiro e neoliberalismo	5
<i>Luiz Filgueiras</i>	
A necessária integração entre o econômico e o social para pensar a transição atual	8
<i>Gláucia Campregher</i>	
Sobre o capitalismo e o <i>leapfrog</i> do socialismo	11
<i>Elias Jabbour</i>	
Crise da financeirização ou financeirização da crise?	13
<i>Bruna Ferraz Raposo</i>	
Por que ainda é capitalismo? Os limites da tese do tecnofeudalismo	15
<i>Mateus Ubirajara Silva Santana</i>	
A crise estrutural do capitalismo contemporâneo	17
<i>Marcelo Dias Carcanholo</i>	
As transformações da estrutura produtiva mundial e suas implicações	19
<i>Antonio Corrêa de Lacerda</i>	
Derivas do capital e o encontro com o solucionismo tecnológico	22
<i>Isabela Callegari</i>	
O mito da crise secular do estado do Rio de Janeiro e sua crítica da economia política	25
<i>Rodrigo Castelo</i>	

O Corecon-RJ apoia e divulga o programa Faixa Livre, veiculado de segunda a sexta de 8h às 10h. Você também pode ouvir os programas pelos sites www.aepet.org.br/radioaovivo.html e www.programafaixalivre.com.br, canal no Youtube, Facebook, Instagram, podcast no Spotify, Deezer, Castbox e SoundCloud e aplicativo gratuito.

Jornal dos ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Antônio dos Santos Magalhães, Sidney Pascountto da Rocha, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto, Marcelo Pereira Fernandes, José Antonio Lutterbach Soares, Wellington Leonardo da Silva, Paulo Sérgio Souto, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes, Anderson Carlos Nogueira Oriente e Fernando D'Angelo Machado. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico, diagramação e ilustração:** Rossana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Revisão:** Bruna Gama. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: Antônio dos Santos Magalhães. **Vice-presidente:** Sidney Pascountto da Rocha. **Conselheiros Efetivos:** 1º TERÇO: (2023-2025): Arthur Camara Cardozo, Marcelo Pereira Fernandes, Sidney Pascountto da Rocha - 2º TERÇO: (2024-2026): Antônio dos Santos Magalhães, Fernando D'Angelo Machado, Luis Gustavo Vieira Martins - 3º TERÇO: (2025-2027): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, José Antonio Lutterbach Soares, Antonio José Alves Junior. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2023/2025): Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto, Regina Lúcia Gadioli dos Santos - 2º TERÇO: (2024-2026): Juliana Duffles Donato Moreira, Gilberto Caputo Santos, Flávia Vinhaes Santos - 3º TERÇO: (2025-2027): José Ricardo de Moraes Lopes, Anderson Carlos Nogueira Oriente, Mauro Osório da Silva.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21) 2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato – 2022 a 2025

Coordenação de Relações Institucionais: Wellington Leonardo da Silva (Coordenador Geral), Sidney Pascountto da Rocha.

Coordenação de Relações Sindicais: João Manoel Gonçalves Barbosa, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Fernando D'Angelo Machado.

Coordenação de Divulgação, Administração e Finanças: José Antonio Lutterbach Soares, Gilberto Alcântara da Cruz e Antônio dos Santos Magalhães

Conselho Fiscal: César Homero Fernandes Lopes, Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos e Maria da Glória Vasconcelos Tavares Lacerda.

Capitalismo em crise: ainda é capitalismo?

Ladislau Dowbor*

■ Poderíamos imaginar que estamos em 1780 na França, vendo os bailes elegantes de Versailles enquanto em Paris se passava fome. As nobres com suas perucas não produziam, apenas extraíam. Vendo aparecer as primeiras manufaturas, bancos, máquinas, podiam considerar que o feudalismo estava se modernizando, e acrescentar adjetivos, tipo feudalismo manufatureiro. Obviamente, era um novo sistema que estava nascendo, o capitalismo, não o feudalismo se modernizando. Da mesma forma, quando vejo a quantidade de adjetivos que os pesquisadores se sentem obrigados a acrescentar quando mencionam o capitalismo, como extrativo, parasitário, neofeudal, rentista, ou capitalismo de plataformas – os exemplos são inúmeros – considero mais produtivo considerar que novo sistema, que novo modo de produção está nascendo.

Quando a mudança é de paradigma, é o conjunto dos diversos componentes do sistema que se rearticula. Na imagem clássica, a borboleta que nasce tem todos os componentes da lagarta, mas é sistemicamente diferente: mudança qualitativa. Em vez de enumerar as mudanças no sistema anterior, é melhor analisar a nova articulação que surge. A agricultura não desapareceu com o surgimento do capitalismo, das máquinas e da energia elétrica, mas o eixo transformador da sociedade no seu conjunto passou a ser a indústria. Hoje é a sociedade do conhecimento que move o conjunto.

O que estamos enfrentando é a revolução digital, transformação tão profunda, ou mais, do que a revolução industrial de dois séculos e meio atrás. Demis Hassabis, prêmio Nobel e um dos criadores da IA, considera que a revolução digital que enfrentamos é dez vezes mais profunda, e mais acelerada, do que foi a revolução industrial. Demasiadas coisas mudaram para que continuemos a acrescentar

etiquetas no sistema anterior. Em Davos, na linha das análises de Klaus Schwab, a moda é chamar o que surge de Indústria 4.0, como se fosse um degrauzinho acima, uma etapa a mais. Mas é muito mais do que isso. O eixo transformador atual não é mais a máquina, e sim o sistema de controle das máquinas, o conjunto científico e tecnológico baseado na informação, no conhecimento, na Inteligência Artificial. André Gorz resumiu chamando esta base de *O Imaterial*.

A relação com a Economia Política é importante. Sempre houve elites dispostas a viver do trabalho dos outros. Qualificamos as diferentes formas de organização de modos de produção, sejam baseadas na propriedade de escravos, ou no feudalismo com a apropriação da terra e o trabalho dos servos, ou ainda das fábricas no quadro do capitalismo, com a exploração dos operários. São chamados tecnicamente de modos de produção, aqui os chamo de modos de exploração, é mais correto. E é particularmente correto neste mundo que hoje enfrentamos, que chamamos de sociedade do conhecimento, que tem no seu núcleo estruturante o que podemos chamar de modo de exploração rentista. A apropriação do excedente social, baseada na mais-valia e no lucro extraído pelo capitalismo industrial, agora se dá essencialmente através do rentismo, enriquecimento sem contrapartida produtiva. Resumindo: estamos entrando na sociedade do conhecimento, com um modo de produção informacional controlado por plataformas e o rentismo como forma dominante de exploração.

Estamos tão profundamente atolados no estudo dos diversos aspectos que mudaram no capitalismo, e temos tanta cultura científica do século passado acumulada nas nossas cabeças, com todos os clássicos das diferentes escolas de análise, que perdemos a oportunidade de pensar que acrescentar “neo” para significar mudanças – podem ser



CLIQUE E ASSISTA

neoclássicos, neokeynesianos, neoliberais, neoinstitucionais – não é suficiente. Na realidade, o capitalismo industrial foi explorador, mas também produtivo, e os rentistas improdutivos que hoje acumulam fortunas adoram se chamar de “capitalistas”, os especuladores adoram se chamar de “mercados”, e lucram gigantescas fortunas através de especulações financeiras que chamam de “investimentos”. As etiquetas ficam, mas o sistema mudou. No caso das novas elites, trata-se simplesmente de um empréstimo de legitimidade. São “investidores”. *Suena bien*, dizem os argentinos. Mas são rentistas.

Claro, as fábricas continuam presentes, a agricultura também, os serviços de saúde e tantos outros, mas a lógica de interação mudou. No centro do conceito de capitalismo está a acumulação de capital. O capitalista explora através da mais-valia, pagando menos ao trabalhador do que o valor que ele gera, mas para explorar o trabalhador precisava gerar empregos e produtos úteis, que iriam gerar outras atividades econômicas. O sistema financeiro era um fomentador das atividades produtivas, financiava investimentos. Os que hoje se qualificam de investidores financeiros drenam a capacidade de investimento produtivo, travam o desenvolvimento, em vez de fomentá-lo. O aporte fundamental e razão do sucesso de Thomas Piketty foi demonstrar que hoje se ganha muito mais dinheiro extraindo dividendos das empresas e cobrando juros de pessoas ou de países do que investindo na produção. É a chamada financeirização.

O exemplo da Samarco ajuda. Os administradores da empresa no Brasil sabiam perfeitamente que a barragem estava vazando. Se se tratasse de uma empresa capitalista tradi-

cional, o dono da empresa mandava consertar. No caso, sendo uma empresa privatizada controlada por acionistas, os *absentee owners*, literalmente proprietários ausentes, o poder de decisão migrou para a Billiton, que maximiza retornos (dividendos) no curto prazo: os administradores da Samarco se conformaram com a obrigação de priorizar os dividendos dos acionistas. A lógica do processo decisório mudou. Não é por incompetência dos administradores, e sim pela lógica econômica, inclusive a vinculação dos lucros a curto prazo na Austrália com os bônus dos administradores no Brasil.

Quando você paga uma conta com o cartão Visa, uma parte do pagamento vai para a empresa dona do cartão, um dreno sobre dezenas de milhões de operações diárias, por exemplo 5% na modalidade débito. A Visa, apenas com a intermediação por computadores e algoritmos, tem um lucro estimado em 55% ao ano. Qualquer empresa produtiva fica feliz com um lucro anual de 10%. Lembremos que o PIB mundial avança quando muito 3% ao ano. Verificando quem controla a Visa (Wikipédia em inglês), vemos que esse lucro é repassado para os gigantes de gestão de ativos, a BlackRock, Vanguard, State Street etc. Ou seja, um pagamento simples numa padaria gera um mini dreno para grupos financeiros em outras partes do mundo. Isso é possível porque o dinheiro hoje é apenas uma informação no computador, parte da revolução digital.

A pesquisa de Peter Phillips mostra que dez grupos de gestão de ativos (*asset management*, BlackRock etc.) administram US\$ 50 trilhões, equivalentes, em 2022, a 50% do PIB mundial. É o dreno financeiro global. A pobreza, a fome, os desastres ambientais que enfrentamos resultam diretamente de uma forma de organização que precisamos explicitar, pois os sistemas financeiros digitais são pouco visíveis. Uma nova geração de economistas está trazendo pesquisas que renovam a nossa visão dos desafios que enfrentamos.

No Brasil, com a Selic de 15%, os grupos financeiros que “investem” na dívida pública drenam o equivalente a 10% do PIB, apropriando-se dos nossos impostos e reduzindo a capacidade de investimento do Estado. Para comparação, o Bolsa Família representa

1,5% do PIB. O dreno através dos juros para pessoa física é da ordem de 10% do PIB, com taxas de juros que constituem simplesmente agiotagem, média de 55% ao ano, e 450% no rotativo no cartão. As famílias, em vez de dinamizarem a economia pela demanda, estão pagando juros. As empresas, fragilizadas pela demanda fraca das famílias, e pelos juros absurdos para pessoa jurídica, na faixa de 25% ao ano, estão preferindo comprar títulos do governo, bom rendimento sem risco. Fragilizando o investimento público, a demanda das famílias e as empresas produtivas, o sistema financeiro trava a economia.

As pessoas se sentem inseguras quando se trata dos grandes números da economia. Quando a exploração se limitava a baixos salários, era bem compreensível, e gerava boas brigas e atividade sindical. Quando uma pessoa compra uma geladeira a prazo, não tem ideia do juro anual efetivo praticado, apenas assina o documento de letrinhas pequenas. E entende muito menos ainda como a taxa Selic representa uma transferência de dinheiro dos seus impostos para os grupos financeiros. O capitalismo como sistema tinha se tornado relativamente compreensível. A revolução digital está gerando formas radicalmente mais avançadas de exploração, e muito mais complexas.

Vale a pena deslocarmos as nossas visões de maneira ampla, articulando esses novos desafios da revolução digital, e do novo modo de produção que surge. Em artigo mais amplo, *A Economia Política da Revolução Digital*, disponível no meu site, o leitor pode ter acesso tanto a uma apresentação sistemática e mais ampla, como aos pesquisadores que estão atualizando a nossa compreensão da revolução digital em curso.

Selic? Você já pensou que grande parte dos nossos políticos tem dinheiro aplicado na dívida pública, ganhando 15% sem esforço, dinheiro dos nossos impostos, que podia financiar saúde e educação? Eles vão querer reduzir a taxa? A economia é política.

** É professor titular de Economia e Administração da PUC-SP e consultor de várias agências da ONU. Os seus trabalhos estão disponíveis online gratuitamente (Creative Commons), no site <http://dowbor.org>, pequena biblioteca virtual com cerca de 1.300 títulos.*



Crises, capital financeiro e neoliberalismo

Luiz Filgueiras*

■ As crises acompanham o capitalismo desde o seu surgimento, fazem parte de sua natureza: estão inscritas tendencialmente, como uma possibilidade, na própria lógica de funcionamento desse modo de produção. São derivadas teoricamente das leis gerais que regem o movimento do capital, que tem como o seu motor, impulsionado pela competição intercapitalista, a permanente compulsão pela valorização do valor e acumulação de riqueza. Mas elas decorrem concretamente de circunstâncias históricas específicas, eventos econômicos, sociais e políticos, que dão singularidade a cada uma delas.

As crises gerais, próprias desse modo de produção, anunciam a impossibilidade, em um determinado momento, de continuação do processo de acumulação tal como até então existente: a criação de nova riqueza não pode continuar se não houver a destruição e/ou desvalorização da velha riqueza. Essa é a condição para que o sistema continue reafirmando a sua compulsão. Elas eliminam o excesso de capital, mercadorias e riqueza produzidos que o sistema não consegue dar vazão, abrindo o caminho para a retomada da acumulação.

Entre essas crises, de caráter geral, podem ser identificadas as de 1873, 1929, 1973 e 2007/8. Quase todas modificaram a forma de funcionamento desse modo de produção. Elas não decretaram o seu fim, mas foram motivo de debates acalorados, principalmente entre os marxistas, socialistas e comunistas, que remontam ao início do século XX e que chegaram aos dias presentes – sempre com o objetivo de:

1- Compreender e explicar a sua natu-

reza e as suas causas: crise de superprodução de mercadorias, subconsumo das massas ou desproporções entre os distintos setores da economia? Ou, sintetizando essas três possibilidades, crise de superacumulação de capital?

2- Projetar o futuro do capitalismo: anunciando o seu fim (ou o “colapso”) inevitável (determinado objetivamente pela lei da “tendência decrescente da taxa de lucro” e/ou o “esgotamento dos mercados”) ou, alternativamente, ressaltando a sua capacidade (possibilidade também inscrita no próprio movimento de acumulação) de superar em cada momento as sucessivas crises – o que traz para o primeiro plano a luta de classes, a ação das forças políticas anticapitalistas como condição incontornável para a superação desse modo de produção.

A primeira delas, iniciada em 1873, implicou uma grande depressão econômica que durou até 1896, que minou ou destruiu as bases do liberalismo econômico de meados do século XIX. A superprodução, expressa no descompasso entre a expansão da capacidade de produção e a expansão dos mercados, resultante do aumento da oferta de produtos agrícolas e da industrialização de diversos países entre 1848 e 1873, acirrou a concorrência internacional, levando à queda de preços no mercado mundial – com a falência de empresas e o aumento do desemprego.

A rivalidade entre países e a competição mundial intercapitalista levaram ao surgimento e domínio do capital monopolista-imperialista no final do século XIX, decorrente de um processo de concentração e centralização de capitais, que



CLIQUE E OUÇA



Rosa Luxemburgo

se fez acompanhar do neocolonialismo (a partilha da África) e do predomínio da exportação de capitais dos países imperialistas para a periferia do sistema, sob o comando do capital financeiro – que fundiu organicamente indústria e bancos, sob a hegemonia destes últimos. A partir daí, a ordem liberal começou a desmoronar, tendo sua crise final se explicitado com a posterior eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1198) e a ascensão do nazifascismo (anos 20).

No final da década, a crise mundial de 1929, eclodida a partir dos EUA e difundida mundo afora, enterrou de vez o liberalismo enquanto explicação para a natureza e o funcionamento da economia capitalista, assim como as suas recomendações de política econômica – ambas apoiadas na Teoria Neoclássica.

Iniciada com o *crash* da Bolsa nos EUA, a superprodução implicou mais uma vez a queda do produto, o aumento do desemprego e o crescimento da pobreza absoluta em todo o mundo – tendo em vista a ausência de uma rede de segurança. No plano internacional, impulsionou o protecionismo, que reduziu o comércio internacional e os fluxos de capitais, além de decretar a falência do padrão-ouro.

A sua superação exigiu que o Estado capitalista assumisse a condição de sujeito central do processo, em um novo tipo de articulação com o mercado, cuja expressão maior à época foi a elaboração e execução do *New Deal* (1933-1937) nos EUA: investimentos em obras públicas, reforma do sistema bancário e monetário, destruição dos estoques de gêneros agrícolas, controle sobre os preços e a produção, diminuição da jornada de trabalho, instituição do salário mínimo, seguro-desemprego e seguro-aposentadoria. Na Europa, após a Segunda Guerra Mundial, implicou a ampliação e consolidação de reformas essenciais que constituíram o Estado de Bem-Estar Social e possibilitaram uma melhor distribuição de renda e o consumo de massa.

Contribuiu também, de forma decisiva, para essa nova ordem capitalista, com o estabelecimento do pacto social-democrata, a presença ameaçadora do socialismo então consolidado no Leste Europeu e presente no Ocidente através de fortes movimentos e partidos comunistas e socialistas; o capitalismo se transformou internamente como condição para continuar sobrevivendo.

Posteriormente, a crise da década de 1970 nos países centrais do capitalismo (difundida na década seguinte para os países da periferia) expressou-se em uma desaceleração do crescimento econômico e elevação das taxas de inflação, colocando em xeque a ordem social-democrata, o Estado de Bem-Estar Social e as políticas econômicas neokeynesianas – impulsionando a constituição, outra vez, de uma nova ordem capitalista: a ordem neoliberal. Sob a hegemonia do capital financeiro, essa nova fase do capitalismo começou a se constituir a partir de 1971, quando do fim da paridade dólar-ouro (Acordo de Bretton Woods) decretado unilateralmente pelos EUA. Durante toda essa década e na seguinte, um conjunto de reformas econômicas (abertura comercial-financeira, desregulação e priva-

tização) e sociais (Previdência, Trabalhista) consolidou a nova ordem neoliberal-financeira – que se difundiu mundialmente, incorporando na década de 1990 os países periféricos, debilitados pela chamada “crise da dívida” dos anos 1980.

A vitória do capitalismo neoliberal, ao contrário da ordem fordista-social-democrata constituída sob a ameaça do socialismo, se beneficiou da derrocada do “socialismo real”, que jogou as forças políticas anticapitalistas na mais completa defensiva, permitindo ao capital livrar-se dos compromissos sociais-trabalhistas que o amarraram durante os “30 anos gloriosos”. Além disso, as grandes transformações ocorridas na China a partir do final da década de 1970, que a articularam com o sistema capitalista mundial, abriram uma nova fronteira de expansão para o capital, consolidando o seu movimento contemporâneo de mundialização produtiva-financeira. Contraditoriamente, a participação dos EUA nesse processo acabou por contribuir para o surgimento de uma nova potência que, cada vez mais, desafia a hegemonia do imperialismo estadunidense.

Essa nova configuração do capitalismo reafirmou, agravando, todas as tendências, taras e consequências próprias desse modo de produção: concentração e centralização de capitais, radicalização da competição (agora sob o domínio do conhecimento e da informação), superdimensionamento da esfera financeira, incerteza e instabilidade, ameaça de crises e seus efeitos destrutivos, concentração de renda, crescimento do desemprego estrutural e subemprego, novas formas de superexploração e precarização do trabalho, maior extensão e intensificação da jornada de trabalho, pobreza absoluta e destruição do meio ambiente.

Sob essa nova ordem já dominante, que passou a determinar a dinâmica do capitalismo, ocorreram sucessivas crises financeiras localizadas em distintos países e re-

giões: México (1994), Ásia (1997), Rússia (1998), Brasil (1999) e Argentina (2001). Na sequência, veio a crise mundial de 2008, mais uma vez com origem e difusão a partir dos EUA, e que se desdobrou na “crise soberana” do euro em 2010. A novidade aqui é que essa nova crise mundial, ao contrário das três anteriores, não implicou, até agora, outra metamorfose do capitalismo/uma nova ordem capitalista; ao contrário, a ordem neoliberal-financeira se radicalizou mais ainda em suas políticas e reformas e, juntamente com o “transformismo” dos Partidos Socialistas, Sociais-democratas e Trabalhistas, abriu as portas para o surgimento de movimentos e governos neofascistas no centro e na periferia do sistema mundial capitalista – que trouxeram junto novas disputas interimperialistas.

A articulação entre finanças e o domínio/mercantilização/monopolização do conhecimento e da informação consolidou de vez o caráter rentista do capitalismo monopolista contemporâneo: a propriedade do capital-dinheiro e das mercadorias-conhecimento ou mercadorias-informação (bens imateriais, intangíveis), cuja comercialização permite a apropriação (na forma de juros e renda-conhecimento) de parte cada vez maior do valor excedente (lucros) gerado socialmente pelo “capital em função”, passou a definir a dinâmica e os rumos do capitalismo. Atualmente, nas listas das dez maiores empresas do mundo, segundo o valor de mercado ou receita, aparecem nos primeiros lugares cinco ou seis produtoras-proprietárias de mercadorias-conhecimento intangíveis, as famosas *big techs* do Vale do Silício nos EUA: Microsoft, Apple, Nvidia, Alphabet (Google), Amazon e Meta Platforms (Facebook, Instagram e WhatsApp).

Assim, nessa nova ordem financeira-neoliberal, o rentismo assumiu a vanguarda do capitalismo contemporâneo, em um movimento de autonomização do capital em relação às atividades produtivas, que é próprio do capital em geral (fi-

nanceiro e produtivo), mas que não pode ser absoluto por duas razões: 1- as mercadorias-conhecimento, para serem úteis e poderem ser usadas por todos os setores da economia, necessitam da produção de mercadorias tangíveis: matérias-primas, equipamentos, construção de infraestrutura (*data centers*) e fornecimento de energia; 2- as suas rendas (juros e renda-conhecimento, que remuneram, respectivamente, a propriedade do capital financeiro e das mercadorias-conhecimento) só podem se tornar realidade pela transferência dos excedentes gerados nos setores produtivos da economia.

Em suma, a financeirização é a autonomização que se manifesta na dimensão financeira e a mercantilização do conhecimento é a autonomização que se expressa na dimensão produtiva. Em ambos os casos, o capital tende a expulsar o trabalho produtivo de seu processo de valorização, mas não tem como se valorizar sem ele; busca se afastar de seu suporte material, mas não pode romper com esse vínculo.

A compreensão de que essa nova realidade do capitalismo contemporâneo teria decretado o fim desse modo de produção, dando lugar a um suposto “tecnofeudalismo”, está apoiada em uma enorme confusão sobre a natureza e significado das rendas que remuneram atualmente a propriedade do capital e da mercadoria-conhecimento. Em suma, uma incompreensão do significado do rentismo próprio do capitalismo, que não pode ser confundido com o “rentismo” pré-capitalista. Analogias formais, em geral, distorcem o entendimento de fenômenos determinados historicamente.

A existência dessas rendas nada tem a ver com as rendas da terra de caráter feudal do passado (renda-trabalho, renda-produto e renda-dinheiro); elas são, na essência, semelhantes à renda fundiária capitalista (absoluta, diferencial e de monopólio), exaustivamente analisada pelos

economistas clássicos e por Marx, e que tem origem e existência no âmbito da circulação e distribuição do valor, gerado primeiramente na esfera produtiva. Portanto, as rendas contemporâneas, que remuneram os proprietários do capital financeiro (portador de juros e fictício) e das mercadorias-conhecimento, dependem direta e indiretamente do processo de acumulação capitalista, só tendo existência possível na vigência da valorização do valor viabilizada pelo “capital em função” na esfera produtiva, com a posterior transferência (repartição) de parte do excedente aí gerado.

Em síntese, essas rendas têm natureza, indubitavelmente, capitalista. Compará-las analogamente à renda fundiária pré-capitalista (feudal) não acrescenta nada à compreensão do rentismo contemporâneo; ao contrário, só confunde. Da mesma forma, chamar os “capitalistas em função” de “vassalos” do capital financeiro e das *big techs*, pelo fato de pagarem juros e renda-conhecimento, não transforma estes últimos em “senhores feudais”, nem tampouco metamorfoseia o capitalismo contemporâneo em um “feudalismo moderno”.

Por fim, as consequências da superexploração do trabalho própria do capitalismo financeiro-neoliberal, que se recusa a se metamorfosear, em uma permanente “fuga para frente”, possibilitada por uma conjuntura na qual as forças políticas anticapitalistas ainda continuam na defensiva e sem projeto alternativo claro, são cada vez mais deletérias para a esmagadora maioria da população de todos os países, assim como para o meio ambiente e a garantia da paz, ameaçando a própria existência humana no planeta. Portanto, a famosa disjuntiva “socialismo ou barbárie”, proclamada por Rosa Luxemburgo no início do século XX, continua presente e atual.

** É professor titular aposentado da Faculdade de Economia da Ufba e trabalha voluntariamente nos programas de pós-graduação dos Cursos de Economia e de Relações Internacionais.*



A necessária integração entre o econômico e o social para pensar a transição atual

Gláucia Campregher*

■ Perry Anderson disse uma vez sobre os colegas marxistas, a propósito da transição entre modos de produção:

“Ao contrário do que geralmente se acredita em círculos marxistas, a ‘figura característica’ de uma crise de um modo de produção não é aquela em que vigorosas forças produtivas (o econômico) emergem triunfantes de decadentes relações de produção (o social) e de repente erguem uma sociedade mais produtiva e mais avançada de suas ruínas. Em vez disso, as forças produtivas geralmente tendem a ‘marcar passo’ e a serem impedidas por estas relações de produção; somente após essas relações serem radicalmente transformadas e reordenadas, novas forças produtivas podem se acumular e se combinar para dar origem a um novo modo de produção a nível mundial”.

Lembrei-me dessa fala ao tentar responder aqui à pergunta sobre o fim do capitalismo. Primeiro porque acredito que sim, estamos vivendo uma transição de modos de produção (ainda que não para um “mais produtivo e mais avançado”). E segundo, porque acredito que só análises que levem a fundo esse imbricamento entre o social (cultural, político e histórico dentro) e o econômico podem nos ajudar a entender para onde estamos indo e participar da definição de rumos. Nesse texto sigo, como Anderson, o pensamento de Marx, ainda que de modo crítico.

Todos nos lembramos da importância de Marx dizer que a mercadoria era uma ‘coisa

social’ e o capital uma ‘relação social’. O social da coisa é seu preço – só possível quando o trabalho vira uma abstração real e não ideal – portanto, só quando e onde há uma real igualdade formal entre os homens, por falha que seja. O social do capital é ele ser mais que coisa, uma coisa que nasce da relação social que faz o trabalho ter um preço, relação esta que deve ser produzida (forçada violentamente inclusive) e reproduzida. Só mantendo o assalariamento o ‘valor se valoriza’, incorporando trabalho não pago a coisas (em diferentes épocas) que funcionam como capital. O social não é um adjetivo que complica o significado do substantivo (lembra-se de Joan Robinson?). O social aí (na mercadoria e no capital) é a prova de que a razão (que não teme a contradição) pode condensar processos sócio-históricos em conceitos, em elementos lógicos. Se a economia política clássica já trazia os conflitos sociais de mãos dadas com os interesses econômicos pra dentro das análises, Marx ousou um mergulho mais profundo no social do seu tempo, perscrutando sua gênese nos tempos e conflitos passados e descobrindo nessa ‘escovação da história a contrapelo’ sua lógica, o que permitia vislumbrar seus desencadeamentos futuros.

Dito isso, sinto falta de um social n’O Capital, na fundamental figura do dinheiro. Quer me parecer que justo nessa figura – tomada da realidade para então ser abstraída e tornada categoria de análise, como M (mercadoria), V(valor) e K(capital) –, o social aparece como num parentesco de segundo grau.



CLIQUE E OUÇA

Por mais que Marx não derive o dinheiro da troca como os adoradores da fábula do escambo – onde não há nada de social, e os trocadores são “só” indivíduos sem cultura, política ou história –, o social no dinheiro não lhe diz respeito propriamente, mas através da mercadoria e do valor, mesmo que ele seja historicamente anterior e mais carregado de relações políticas, com a religião e diversas formas pregressas de Estado. Isso fará falta às análises sobre a transição atual, quando o dinheiro estatal pode ser (tecnologicamente inclusive) totalmente socializado (na prática, o fim dos bancos), mas ocorre o oposto, e ele ameaça ser privatizado de vez.

Meu ponto é que a derivação do dinheiro da forma mercadoria rouba-lhe uma dimensão do social que não pode ser devolvida ou acrescida ao final. O parentesco com a figura (ou as figurações históricas) do Estado é genético. Mesmo que o parentesco com a mercadoria vá se perdendo (o dinheiro que primeiro é uma mercadoria qualquer, depois uma especial e adiante nem mais mercadoria é, perdendo toda relação direta com a corporeidade, mesmo que dourada) e o dinheiro acabe por se tornar mero signo, uma ‘instituição social’ e uma ‘criatura do Estado’, todo o “resto” social (tudo o que dinheiro marca como o que não pode mediar, como diria Graeber) se perde.

Se a relação entre dinheiro e Estado não é eventual, mas persistente, ela mereceria ser captada pela lógica, como Marx sempre faz. Mas não, mesmo que o Estado apareça n’O Capital (e mais ainda em outras obras) como tendo papel fundamental no processo de acumulação primitiva, no advento da dívida pública, na alavancagem dos capitais nacionais, etc., ele não ganha status de ‘categoria de análise’ (como M-V-D-K). Estado e dinheiro não vão andar juntos, capítulo a capítulo, do mais abstrato ao mais concreto. Não digo que Marx devesse ter uma teoria do Estado, muito menos n’O Capital (muitos marxistas o fizeram na sua cola), mas não tê-lo tornado um elemento do seu ‘sistema’ reforçou certa prioridade do econômico sobre o social, e facilitou vê-lo como mero “escritório

da burguesia” e como algo a desaparecer, junto com o dinheiro, no comunismo, como se fossem excrescências do capitalismo tão só, e não instâncias de mediação de um social que as exigiu em muitos outros arranjos passados e as exigiria no futuro. Como Benjamin e Gramsci mostraram, expulsar o Estado pela porta analítica é convidá-lo a entrar pela janela da realidade... Seja na forma fascista europeia, na da burocracia soviética, ou na do ‘Estado em rede’ de Srinivasan e Thiel).

Uma última consideração sobre a integração do social/Estado nas análises é a necessária interação entre as lógicas ‘do capital’ e ‘dos capitalisms’. Quando o social é aprofundado, as determinações universais, o assalariamento e a valorização do valor, em vez de apagarem as especificidades regionais e temporais, se realizam nestas. O capitalismo não passa a existir quando o assalariamento vira regra nem desaparece quando ele diminui demasiadamente, ele existe e inexistente nas relações que, mal e mal, o substituem, no passado e no presente. Lógica alguma toma lugar de ações, só que não individualistas, mas de grupos pior ou melhor organizados. O capital relação social é, como outras forças antes dele, poder de comando – micro nas unidades produtivas e macro nos mercados concorrenciais, nacionais e globais. E nos dois espaços, regimento e desobedecimento às regras fazem parte do jogo. Na história dos capitalismo, quem começou primeiro organiza o campeonato e condiciona (mas não determina) a entrada dos retardatários em campo. Tem lugar uma concertação mundial (uma divisão global do trabalho, dos lucros e do poder), mais ou menos articulada com as concertações nacionais (uma divisão dos bônus e ônus do crescimento mais ou menos desigual conforme as correlações de forças). Isso significa, ao mesmo tempo, que existe uma rede de comando global que condiciona e limita os movimentos nacionais, mas também que cada nação reage de modo diferente conforme o esgarçamento dessa rede produz mais descontentamento, não só nas bases da sociedade, mas também em suas

elites. Onde esse descontentamento pode ser organizado, e pactos entre as classes internas firmados por seus Estados, novos desfechos podem ser desenhados. Quanto maior a crise no centro hegemônico, maior a variedade de respostas na periferia.

Essas ressalvas todas me fazem ver uma transição em andamento pois, como dizem Durant e Varoufakis, mudanças quantitativas nas forças produtivas se combinam a uma mudança qualitativa na sua estrutura social. Ao meu ver, estão bastante corretas as teses de Varoufakis sobre o “tecnofeudalismo”, cujo argumento central é que mercado e lucros não são mais os pilares de nossa economia. Isso porque estes não são elementos puramente econômicos e vêm acompanhados de uma forte presença do Estado (inclusive em sua relação com o dinheiro), da geopolítica entre Estados, e da política e cultura dentro dos espaços nacionais e globais. O resultado disso é a culminância dessas mudanças num processo de diferenciação social que muda a natureza das classes burguesa e proletária.

Resumindo o argumento de Varoufakis, as mudanças fundamentais no capitalismo de 2008 pra cá (e mais ainda pós-pandemia) envolvem: as plataformas substituindo os mercados onde compradores e vendedores se relacionavam diretamente; o capital nuvem substituindo o capital dos bens físicos e a produção de desejos substituindo a de coisas; o dinheiro gratuito substituindo o crédito e seus cálculos de risco e rentabilidade e tornando o lucro irrelevante para os capitais que estão no controle; as relações evidentes de Estado e privado criando novos arranjos nacionais e globais (no mundo ocidental como no Oriental) e, efeito do cruzamento de tudo isso, o núcleo da *big tech* e *big finance* passando a deter parcela exorbitante da riqueza e do poder qual senhores feudais comandando os recursos hoje fundamentais (informação e energia), substituindo os donos dos velhos capitais e recebendo rendas destes, enquanto trabalhadores se tornam servos de seus algoritmos e doadores de trabalho não pago (atenção e informação) menos no tempo vendido que no livre (se-



Perry Anderson

gundo Varoufakis, os empregados da *big tech* recolhem apenas 1% do faturamento de suas empresas).

Varoufakis é um marxista preparado para pensar que se o capital é relação social, o que torna as mudanças atuais uma transição é que o capital não mudou apenas de forma física, mas de função. Até há pouco, uma vara de pescar, uma fiandeira mecânica ou um robô eram usados como meios de produção, ou meios de produzir outras coisas, incluindo as varas, fiandeiras e robôs. Se agora usamos computadores, cabos etc. para produzir mais que tudo ideias e comportamentos, algo mudou. Não que antes não fosse essencial produzir ideias e comportamentos para manter a dominação (vide o papel da Igreja no feudalismo, ou da indústria cultural no capitalismo no séc. XX), mas a mudança está em que sua produção é organizada em escala global, sua automatização (mesmo nas tomadas de decisão) é plena e, o principal, a partir de trabalho não remunerado, com dinheiro gratuito e para uma acumulação de riqueza e poder que de um lado proletariza os demais capitais (produtores de coisas) e, de outro, não apenas submete mas subverte o caráter e a forma do Estado burguês tradicional.

No caso do Estado, é bom lembrar que mudanças importantes já vinham acontecendo devido às mãos dadas com a concentração e centralização dos capitais. Mas o modo como este arranjo impede a queima de capital excedente de modo indiscriminado nas crises (ou, a quebra é discriminada e dirigida), criando dinheiro para isso enquanto, nas crises ou fora delas, bloqueia o gasto social – é inovador. Esse arranjo tem implicado tornar os bancos centrais em bancos privados, dos grandes e abstratos capitais. De novo, não que fosse muito diferente no passado, mas, por exemplo, permitir às *stable coins* se tornar dólar de fato é algo como o Estado abrir mão da antiga senhoriação. Bem, é bom lembrar que o monopólio de exercer a violência já foi igualmente quebrado...

E as mudanças nas classes sociais mesmo, como estão? Do lado do proletariado, segundo a OIT, o assalariamento caiu de 70% dos trabalhadores mundiais em seu auge nos 70 para 50%, sendo que só 25% com vínculo regular (contrato fixo e tempo integral). Sabemos que hoje, mesmo na China, crescem a informalidade e a precariedade dos contratos. Enquanto isso, os capitalistas que há muito deixaram de ser ‘capitães da indús-

tria’, já não são mais também os líderes das corporações do século XX, que ao menos geriam seus ativos, “trabalho” esse hoje a cargo de financistas que fazem “trabalhar” para eles os antigos donos dos espaços de produção. Segundo Albina Gubaidulina, a financeira norte-americana (os grandes fundos de gestão de ativos) possui cerca de 60% das empresas listadas nos próprios EUA (eram 3% em 1945) e 28% do patrimônio de todas as empresas listadas do mundo. Às mudanças objetivas devemos somar as subjetivas, e aí temos uma novidade: o indivíduo foi até aqui a unidade elementar subjetiva das sociedades capitalistas. A decadência feudal o trouxe (como bem explica Weber) e o capitalismo só fez promovê-lo, até porque a competição entre eles provocava no andar de cima a inovação e no de baixo compensava os perigos do senso coletivo que adviria da fábrica (como bem sonhavam os comunistas). Pois bem, hoje o indivíduo foi dividido, senão implodido. Se trabalhadores (e capitalistas fabris proletarizados), foram fragmentados ao extremo para se tornarem produtores e consumidores do que fazem em toda parte e não só no espaço de trabalho; e, se burgueses, foram engordados e amalgamados aos estilhaços coletivos (conhecimento em estado bruto), tornando-se ‘super indivíduos’ cujo controle da vida de bilhões supera sua riqueza de bilhões. O que complica enormemente a realização de experimentações coletivas de peso (construção de espaços de poder na economia e na política) e tornou a ação política organizada mais difícil e/ou reduzida a eventos espetaculares e controlados.

Enfim, acredito que só o marxismo possa pensar esses elementos juntos e misturados (e corrigidos e acrescidos), mas de modo a lhes extrair uma lógica. Sem ela, nossas reflexões tornam-se fábrica de curiosidades e ficamos ainda mais perdidos politicamente. Só seu conhecimento, por perverso que seja, pode nos ajudar a preparar ações mais conscientes e consequentes.

* É professora doutora da Universidade Federal da Bahia.

Sobre o capitalismo e o *leapfrog* do socialismo

Elias Jabbour*

■ O espaço é muito curto para nos aprofundarmos sobre o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo e suas alternativas, reais. De imediato, ficamos com uma observação muito típica de Ignacio Rangel, relatada por amigos próximos, sobre quando indagado sobre o futuro. A resposta dele era *a la* Marx e a anatomia do macaco sendo compreendida a partir da anatomia humana. Ele sugeria observar os planos quinquenais da então União Soviética e os germes de futuro ali contidos. Para analisar esse futuro, o gênio maranhense escreveu *Elementos de Economia do Projeto* (1959), infelizmente não lido.

O capitalismo tem solução? Esta é uma questão fundamental. Há muito tempo que esta forma histórica se tornou parasitária e incapaz de dar conta das grandes demandas humanas. Já no século XIX seus limites passaram a ficar claros diante do progressismo ante o feudalismo. O surgimento do imperialismo enquanto expressão do capitalismo monopolista evidenciou o que estava por vir sob a forma de dominância da finança sobre a produção e violência aberta como forma de domesticar provedores de matérias-primas e mercados. A Revolução Russa de 1917 e a crise de 1929 levam o capitalismo a se adaptar a uma ordem onde um novo ator político entra em cena. A União Soviética pautou o mundo de diversas formas, incluindo a criação do consenso keynesiano, da mesma forma que se tornou a mãe da experiência que hoje está a superar o capitalismo em todos os seus *fronts*. Refiro-me à experiência chinesa.

O restante de toda a história é de conhecimento de todos, independente da interpretação que cada um tenha. Desaparecimento das primeiras experiências socialistas, surgimento da financeirização como o capita-

lismo de nossa época histórica e o presente *leapfrog* do socialismo evidenciado pelo sucesso da experiência chinesa, independente do niilismo que reina entre os ditos marxistas acadêmicos ao se manifestarem em conjunto com os neoclássicos, atribuindo um caráter capitalista à China que os próprios chineses desconhecem.

Outro ponto é a crescente incapacidade do capitalismo de manter fôlego diante da concorrência do socialismo (China) em matéria de inovação tecnológica. História semelhante ocorreu com a URSS em relação aos Estados Unidos. O jogo virou, literalmente, e com isso as próprias regras do jogo criadas pelos EUA para reger o mundo à sua imagem e semelhança no pós-2ª Guerra Mundial. Evidente que o desaparecimento da URSS foi um imenso ponto de inflexão, mas antes disso, o destino do sistema estava selado com o avanço da financeirização corroendo as próprias bases produtivas e tecnológicas que impuseram uma concorrência desleal ao socialismo soviético e abrindo condições para a China reinventar o socialismo através de mecanismos de mercado e inaugurar uma nova classe de formações econômico-sociais com as reformas econômicas de 1978, o “socialismo de mercado”.

O que vemos desde então é a lei do desenvolvimento desigual (Lênin) operando em máxima potência com a ascensão de novos polos de poder econômico, político e militar em detrimento da incapacidade do capitalismo de lidar com suas próprias contradições. Estaríamos vivendo uma era do “tecnofeudalismo”? Tendo a acreditar que sim, mas não muda a essência do sistema ao colocar em conflito as *big techs* e Wall Street, ao contrário da China, onde as *big techs* e o sistema financeiro público andam de mãos dadas em prol de um proje-



CLIQUE E OUÇA



to nacional transformador. A “renda da terra dos dados” é um terreno fértil onde o dado enquanto mercadoria é processado *pari passu* com a alienação de bilhões de pessoas, vassalas de redes sociais, robotizadas e fragilizadas diante da negação da ciência inerente aos conteúdos externados. O exemplo chinês é significativo com o Partido Comunista detendo a *golden share* das gigantes “privadas” da tecnologia do país, estatizando os algoritmos e obrigando título superior aos influenciadores que espalham conteúdo sobre assuntos sensíveis.

Enquanto o socialismo elimina a extrema pobreza em um país que há 75 anos era o mais pobre do mundo e entrega 45 mil quilômetros de trens de alta velocidade em apenas 20 anos, uma espécie de valor que não gera valor em si mesmo, o capitalismo no seu divã observa a morte de 800 mil pessoas por overdose somente nos EUA entre 1999 e 2020 (1). Em janeiro de 2024 quase 771 mil pessoas viviam sem teto neste mesmo país (2). Essa realidade se espalha para a Europa e a toda periferia do capitalismo. Não na China, onde cerca de 90% da população tem casa própria e os mendigos são uma pe-

ça cada vez mais rara naquela experiência.

No pós-2ª Guerra Mundial o capitalismo, copiando a experiência soviética, criou uma imensa capacidade de planejar estrategicamente e de integrar grandes projetos ao escopo do planejamento sistêmico. Utilizou, a seu modo, de forma brilhante as possibilidades da destruição criativa schumpeteriana abastecida por um “Estado Industrial” (Galbraith) que geria uma imensa máquina de inovação tecnológica. A financeirização tem reduzido esta capacidade de forma nada gradual. As tentativas de jogar adiante a fronteira tecnológica (*Reduction Inflation Act*) têm naufragado, dando lugar a uma tresloucada tentativa de resetar o comércio internacional a partir de tarifas, levando ao aprofundamento da tendência ao rompimento das cadeias do valor. Os EUA hoje são o maior inimigo da ordem financeira baseada no dólar!

A alternativa socialista chinesa joga para lá, como o fazem aqueles que têm a história ao lado. Essa alternativa, como tenho dito e escrito inclusive neste espaço, é baseada em um poder político que submete o capital aos interesses gerais da nação. Introduce mecanismos de destruição criativa ao seu apar-

to produtivo público e lastreado em profundo e capilarizado sistema financeiro público. Absorve todos os atributos do chamado Estado Desenvolvimentista de tipo asiático e inaugura um *Communist Party-led Development* como parte do renascimento do renascimento de Ignacio Rangel na China com a Nova Economia do Projeto.

O 15º Plano Quinquenal, a ser iniciado em 2026, será o segundo passo para a construção de uma sociedade socialista moderna em 2035, quando se encerrará o terceiro passo (16º Plano Quinquenal) neste sentido. Não somente um país liderando a corrida tecnológica estará diante de nós. Uma sociedade de “prosperidade comum” menos desigual e onde a integração entre campo e cidade alçará a divisão social do trabalho a novos patamares. A fusão entre planejamento e mercado sob a forma de um “projeto novo” abrirá caminho para uma redução drástica da ação da lei do valor naquela sociedade. Um estado de bem-estar social com características chinesas, apoiado em inovações tecnológicas disruptivas, selará o que podemos chamar de um “*le-apfrog* do socialismo” sobre o capitalismo.

Devemos cá superar o ceticismo e o niilismo de nossa intelectualidade, que insiste em não observar virtudes no que surge na China. Não se trata de sermos acrílicos, mas observar que a contradição é parte e motor do processo e que o desenvolvimento é um processo duro; uma verdadeira prova de fogo aos povos que passam por ele. O socialismo ainda dá seus primeiros passos na história. De forma dura e sob condições históricas que não escolhemos. Mas ele existe e se fortalece a cada dia, no trabalho e na luta de chineses e outros povos que trilham esta experiência.

A humanidade viverá dias de grandes esperanças.

** É professor associado da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, presidente do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP) e autor de China: o socialismo do século XXI.*

1 National Center for Health Statistics

2 Department of Housing and Urban Development

Crise da financeirização ou financeirização da crise?

Bruna Ferraz Raposo*

■ Desde o fim dos anos 1970, o capitalismo mundial vem operando sob a lógica do que a literatura econômica convencionou a chamar de financeirização. Esse termo designa não apenas o crescimento do peso do setor financeiro na economia, mas uma reconfiguração estrutural das formas de acumulação de capital. As raízes dessa dinâmica remontam à crise dos anos 1960/70, em que as taxas de lucro começaram a cair, os salários se comprimiram e a expansão produtiva que marcou o pós-Segunda Guerra chegou ao seu limite. Bem como chegou ao limite o receituário keynesiano, o que abriu caminho para o avanço do neoliberalismo. O desmonte das regulações financeiras, iniciado com a dissolução do sistema de Bretton Woods, em 1971, e a desregulamentação das décadas seguintes criaram terreno fértil para a crescimento da valorização do capital por meios financeiros.

No bojo do processo de autonomização das formas do capital, tratado por Marx, o capital fictício é um capital que se constitui no presente com base na expectativa de apropriação futura de um valor que pode, porventura, vir a ser produzido. Então, se compreendemos o capitalismo contemporâneo como o espraio da lógica de constituição do capital fictício para todos os setores da economia é porque (i) é nesta forma que o capital se encontra em excelência, a existência mais livre, a passagem de dinheiro para mais dinheiro parece tão automática que se constitui capital hoje a partir de uma expectativa de valorização futura, que pode, ou não, vir a realizar-se. E porque, (ii) concretamente, a partir da crise dos anos 1960/70, o capital, na necessidade de retomada da grandeza de acumulação, impulsiona/retoma processos de desenvolvimento do sistema financeiro, e é, neste último, o *locus* que o capital fictício encontra maior li-

berdade e possibilidades: o anseio do capital como um “autômato que se valoriza por si mesmo” (Marx, 2017, p. 524).

Desde então, o capital fictício – isto é, títulos, ações, derivativos e toda sorte de representação de valor futuro – passou a se expandir a uma velocidade muito superior à do capital produtivo. Essa hipertrofia do financeiro é o sintoma de uma economia em que o valor busca se reproduzir independentemente da produção real, mas que, contraditoriamente, depende dela para se sustentar.

Convém ressaltar, contudo, que não existe uma oposição entre o setor produtivo e o setor financeiro, mas um espraio do capital por diferentes esferas, que, em conjunto e na totalidade, atuam dialeticamente na valorização do capital. O que se coloca, efetivamente, é um cenário em que se acentua o anseio do capital por sua valorização, livrando-se o quanto for possível de suas amarras materiais e institucionais.

Não se trata, portanto, de sugerir que tenha havido, em algum momento, um capitalismo sem finanças. Há, desde a origem do sistema, uma interação intrínseca entre o desenvolvimento do capitalismo e a expansão do sistema financeiro – ou sistema de crédito, nos termos de Marx – como parte integrante da acumulação de capital: “Tem-se aqui um efeito recíproco. O desenvolvimento do processo de produção expande o crédito, e este último leva à expansão das operações industriais e comerciais” (Marx, 2017, p. 538).

Porém, o processo de financeirização passa justamente a ser visto como uma separação ou predominância da acumulação financeira frente à real. Entendemos que, nesse momento histórico concreto, o desenvolvimento do capital nos mercados financeiros é tanto, concomitante aos movimentos de liberalização e desregulamentação dos mercados financeiros, que aumenta os fluxos de dinheiro em escala global, que a lógica do capital fictício, que não existe só na esfera fi-



CLIQUE E OUÇA



ruptura. Quando o mercado de *subprimes* colapsou, o que se viu foi uma queima de capital fictício necessária para restaurar minimamente a rentabilidade. A intervenção do Estado para salvar o sistema financeiro, socializando as perdas e privatizando os lucros, reafirmou o caráter estrutural da financeirização, sustentado pela depen-

dência do capital fictício e pela expansão do endividamento público, corporativo e familiar.

A pandemia de Covid-19 funcionou como um novo ponto de inflexão. Em poucos meses a economia mundial entrou em colapso produtivo, mas os mercados financeiros, alimentados por uma injeção sem precedentes de liquidez pelos bancos centrais, dispararam para níveis recordes. Segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), a dívida mundial teve em 2020 o maior aumento desde a Segunda Guerra Mundial¹.

O que se viu foi a financeirização da própria crise: enquanto a acumulação real declinava, o capital fictício se multiplicava. Mas há um limite para essa dependência. A inflação global que emergiu após 2021 mostrou que nem mesmo a liquidez infinita é capaz de suprimir as contradições materiais da produção e da reprodução social. O capital fictício, em última instância, precisa ancorar-se em algum lastro de valor real.

O capital é o valor que se valoriza, mas essa autovalorização depende de uma base material concreta: a exploração do trabalho humano e a apropriação de recursos naturais. No capitalismo contemporâneo, ambos os limites se tornam cada vez mais evidentes. De um lado, a automação e a precarização global do trabalho comprimem a fonte do valor: o trabalho vivo. De outro, a destruição ambiental impõe barreiras físicas à expansão do capital. A financeirização é a tentativa, mais uma vez, de contornar esses limites, com um

prolongamento do ciclo de acumulação de capital via criação de valor fictício.

A fuga para frente diante da saturação das possibilidades de valorização produtiva desloca o capital para novas fronteiras – espaciais, tecnológicas, financeiras – em busca de rentabilidade. Contudo, cada nova fronteira recoloca contradições cada vez mais intensas. Por isso, a financeirização não resolve a crise de acumulação, mas a adia, ampliando seu alcance e profundidade.

A questão que se impõe é se vivemos uma crise da financeirização ou uma nova financeirização da crise. Os sinais apontam para ambas. De um lado, as sucessivas turbulências financeiras e o endividamento global recorde indicam que o modelo vigente pode estar encontrando um limite histórico. De outro, a resposta institucional a cada crise revela a incapacidade do sistema de romper com essa lógica.

A financeirização tornou-se, ao mesmo tempo, causa e efeito da crise: é a forma que o capital assume para continuar existindo, mesmo que isso signifique corroer suas próprias bases. Trata-se, contudo, de uma contradição fundamental do capitalismo, que, na atual quadra histórica, manifesta-se na dialética do capital fictício. Por isso, talvez, a verdadeira crise não esteja apenas nas finanças, mas no próprio modo de vida que elas sustentam, um modo que transforma tudo em mercadoria portadora de valor, em ativo, em dívida, em aposta sobre o futuro. E talvez, como sugeriu Rosa Luxemburgo, o dilema do nosso tempo continue sendo o mesmo: socialismo ou barbárie.

* É doutora em Economia pela Universidade Federal Fluminense, professora visitante na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo e pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (Niep/UFF). Contato: frbruna@hotmail.com.

¹ A dívida mundial chega ao recorde de US\$ 226 trilhões. Acesso em: 09/11/2025. Disponível em <https://www.imf.org/pt/blogs/articles/2021/12/15/blog-global-debt-reaches-a-record-226-trillion>.

Referências:

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política – livro III: o processo global da produção capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2017.

Por que ainda é capitalismo? Os limites da tese do tecnofeudalismo

Mateus Ubirajara Silva Santana*

■ O tema do tecnofeudalismo ganhou repercussão nos últimos anos, especialmente com a publicação das obras do economista francês Cédric Durand, *Techno-féodalisme: Critique de l'économie numérique* (2020) e do economista grego e ex-Ministro das Finanças da Grécia, Yanis Varoufakis, *Tecnofeudalismo: o que matou o capitalismo* (2025).

Os autores convergem em torno da ideia de que o capitalismo teria sido superado por um novo sistema econômico, no qual as plataformas digitais e as grandes empresas tecnológicas (as chamadas *Big Techs*) passaram a ocupar posição central de poder, com capacidade de controlar “terras digitais” (como nuvens, sistemas operacionais, plataformas digitais e redes sociais). Por meio da extração e acesso de dados dos usuários, do uso de infraestrutura de redes e de algoritmos, as *Big Techs* estariam estreitando a dependência de consumidores, trabalhadores e das próprias empresas com essas plataformas.

Segundo os autores, enquanto no capitalismo os trabalhadores dependiam dos proprietários dos meios de produção, mas de alguma forma podiam escolher seus empregos, no tecnofeudalismo, essa relação de dependência teria sido deslocada para plataformas digitais, que se tornaram cada vez mais indispensáveis aos trabalhadores, mas também às empresas, que passaram a depender desses ambientes digitais para comercializar seus produtos e serviços. Segundo Cédric Durand (2020), isso teria consolidado uma nova forma de adesão e submissão, criando uma espécie de dependência e servidão digital.

Outra tendência seria a transformação das próprias estratégias das corporações. Enquanto no capitalismo as empresas esta-

riam orientadas ao investimento, à inovação e à busca por eficiência, no tecnofeudalismo, o objetivo das grandes empresas tecnológicas tornou-se conquistar mais territórios digitais, capturar novos usuários, extrair dados e ampliar o domínio sobre serviços digitais. Nas palavras de Cédric Durand, “este tipo de conquista é semelhante ao feudalismo [...] a competição entre Senhores, que não se manifestava na melhoria das condições, mas na luta pela conquista. Os dois elementos, ou seja, a dependência e a conquista de territórios, nos aproximam da lógica do feudalismo” (IHU, 2021).

Yanis Varoufakis (2025) aponta para outra transformação fundamental: no capitalismo o motor da economia era o lucro, obtido pela produção e venda no mercado; já no tecnofeudalismo, o que gera riqueza é a renda (*rent*) obtida por quem controla as plataformas digitais. Assim, grandes empresas tecnológicas funcionariam como novos senhores: elas não produzem diretamente, mas se apropriam das informações geradas gratuitamente pelos usuários, comercializam-nas e obtêm renda alugando espaços digitais e infraestrutura de nuvem para outras empresas, que passam a depender delas para operar.

A estratégia das *Big Techs* para ampliar renda tornou-se investir no “capital-nuvem” (*cloud capital*), exigindo daqueles que desejam ter acesso a esses serviços um aluguel para praticar o capitalismo. Nesse sentido, realizar compras na Amazon se assemelharia a visitar o centro de uma cidade com lojas geridas por capitalistas independentes, mas todos eles submetidos ao “senhor da nuvem”, que controla o território digital, define as regras, decide o que pode ser vendido, quem pode estar nele e quem pode ser retirado a qualquer momento (Doctorow, 2024).



Apesar de apontarem corretamente para a concentração de poder que as *Big Techs* alcançaram na última década, as interpretações de Durand e Varoufakis partem de concepções equivocadas para pensar as transformações recentes do capitalismo. O principal problema dessa análise é descon siderar a capacidade do capital de se reconfigurar e incorporar novas formas de exploração e apropriação da riqueza e do valor.

Eleutério Prado (2024) retoma uma passagem de Yanis Varoufakis que evidencia a fragilidade dessa leitura. Varoufakis afirma que “se o capitalismo é baseado em mercado e está orientado para o lucro [...] então isso não é mais capitalismo, porque não é baseado no mercado. É baseado em plataformas digitais que se afiguram como feudos tecnológicos ou feudos de nuvem”. Para Prado, essa formulação apresenta dois problemas fundamentais. Em primeiro lugar, parte de uma concepção de capitalismo próxima àquela da teoria neoclássica, segundo a qual o capitalismo se reduziria a uma economia de mercado orientada meramente às trocas – ignorando a análise marxiana sobre a circulação do capital e sua relação intrínseca com a produção. Em segundo lugar, desconsidera que essas plataformas digitais operam vendendo mercadorias e, portanto, elas “não substituem os mercados, elas os internalizam por meio de algoritmos mercadológicos” (Prado, 2024), criando novas es-



estratégias para sua ampliação. Nesse sentido, não há qualquer oposição entre plataformas digitais e mercados.

Outro ponto infundado na tese de Varoufakis é sua afirmação de que “o lucro, motor do capitalismo, foi substituído por seu antecessor feudal: a renda” (Varoufakis, 2025, p. 10). Segundo o autor, à medida que os capitalistas tradicionais perderam espaço e poder para os “capitalistas-nuvem” – os proprietários das plataformas digitais –, a forma predominante de obtenção de valor teria deixado de ser o lucro, derivado da extração de mais-valia na produção, para se converter na renda obtida pelo controle e propriedade das plataformas digitais.

Essa interpretação, contudo, é simplista e reducionista. Ignora que, desde o século XIX, a forma dominante do capital é a do capital financeiro. Como observa Eleutério Prado (2024), Hilferding e Lênin já haviam identificado que o estreitamento dos vínculos de propriedade e interesses entre bancos e Grande Empresa, durante a fase monopolista do capitalismo, consolidou uma forma específica de capital, que fundiu capital bancário e capital industrial. Nesse sentido, o surgimento do capital financeiro representou a capacidade de combinar e articular distintas formas de apropriação da riqueza (produtiva, financeira e mercantil). Como destaca Mazzucchelli (2004, p. 106), trata-se da “tendência dos capitais centralizados monopolicamente de enlaçar as distintas órbitas (produtiva, mercantil, creditícia, fictícia etc.), superando e ‘fundindo’ as formas parciais em

que necessariamente se fraciona o capital”.

Isso não significa, contudo, que o capitalismo não tenha se reconfigurado nas últimas décadas. De fato, ocorreram mudanças profundas no regime de acumulação capitalista, desde os anos 1970, que apontam para uma reestruturação do capitalismo e uma nova forma de definir, gerir e realizar a riqueza. Braga (1993) identifica um novo padrão de riqueza que se forja a partir do processo de desregulamentação e liberalização financeira: um padrão de riqueza financeirizado, no qual as finanças se tornaram critério fundamental na forma como os vários agentes econômicos (empresas, famílias, investidores) realizam a riqueza.

Chesnais (2002) destaca a crescente centralidade do capital fictício nessa nova etapa do capitalismo e sua capacidade de redefinir as formas de acumulação, deslocando a valorização do capital para as esferas financeiras e patrimoniais. A valorização da riqueza passa a depender cada vez mais da expansão do crédito, dos mercados de capitais e dos ativos financeiros, que se tornam mediadores centrais das decisões dos agentes econômicos.

É importante ressaltar, entretanto, que isso não implica o desaparecimento da dimensão produtiva ou a completa “autonomia” das finanças em relação à produção. O capital financeiro – representado por grandes corporações, bancos, investidores institucionais e os mais diversos tipos de fundos de investimento – articula simultaneamente ganhos produtivos e financeiros, ainda que a dimensão financeira tenha adquirido primazia no contexto do capitalismo financeirizado.

A tese do tecnofeudalismo parece desconsiderar que empresas como Amazon, Google, Meta, Microsoft, ainda que operem como plataformas digitais, constituem expressões do capital financeiro. Enquanto tal, estabelecem relações complexas de propriedade com grandes empresas, bancos e fundos, configurando-se como formas altamente integradas de capital. Além disso, as empresas que operam nessas plataformas mantêm suas atividades ancoradas tanto na esfera produtiva quanto financeira, auferin-

do lucros provenientes da produção, de rendimentos financeiros e da renda das plataformas digitais.

Longe, portanto, de representar uma superação do capitalismo, as *Big techs* e plataformas digitais materializam o grau extremo de concentração e centralização do capital, expressando novas modalidades de exploração e expropriação, fundadas na combinação de extração de mais-valia e apropriação de rendas provenientes do controle de infraestruturas digitais. As plataformas constituem, assim, novos espaços de realização do capital, com capacidade de internalizar e expandir mercados e de subordinar empresas, consumidores e trabalhadores à lógica de valorização própria do capital financeiro.

* É professor adjunto no Departamento de Ciências Econômicas (DeCE) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Bibliografia

- BRAGA, J. C. A Financeirização da Riqueza: A Macroestrutura Financeira e a Nova Dinâmica dos Capitalismos Centrais. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 2, n. 1, 1993.
- CHESNAIS, F. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance, e interrogações. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 11, n. 1 (18), 2002.
- DOCTOROW, C. Assim funciona o Tecnofeudalismo. *Outras Palavras*, 6 nov. 2023.
- DURAND, C. *Techno-féodalisme: Critique de l'économie numérique*. Paris: Zones, 2020.
- IHU – Instituto Humanitas Unisinos. A hipótese do Tecnofeudalismo. *Outras Palavras*, 3 fev. 2021.
- MAZZUCHELLI, F. *A contradição em processo: o capitalismo e suas crises*. Campinas, SP: Unicamp, IE, 2004.
- PRADO, E. Polêmica: o engano de Varoufakis. *Outras Palavras*, 1 mar. 2024.
- VAROUFAKIS, Yanis. *Tecnofeudalismo: o que matou o capitalismo*. São Paulo: Intrínseca, 2025.



A crise estrutural do capitalismo contemporâneo

Marcelo Dias Carcanholo*

■ A economia mundial capitalista está em crise desde o estouro da bolha no mercado *subprime* imobiliário dos EUA, no final de 2007. A longa duração dessa crise já sinaliza que não se trata de uma crise como qualquer outra, corriqueira. Há sinais de que se trata de uma crise estrutural do capitalismo.

Embora possa até parecer, e há vários entusiastas do suicídio do próprio capitalismo, essa crise não é estrutural porque o capitalismo vai, inexoravelmente, acabar. As crises capitalistas são o desdobramento necessário das contradições próprias dessa economia, sociabilidade, mas ao contrário do que podem pensar os mais animados, o desenvolvimento dessas contradições não leva, mecânica e teleologicamente, ao fim do capitalismo.

As crises no capitalismo são, em si mesmas, cíclicas. Isso significa que durante a fase de crescimento (aceleração da acumulação do capital), o desenvolvimento das contradições inerentes a essa economia redundam em um ponto de ruptura, ou inflexão, que altera a trajetória de crescimento e a transforma, por mediação da crise, em uma fase de depressão. Esta última, por sua vez, dialeticamente, reconstrói novas possibilidades de acumulação de capital, o que define o caráter inerentemente cíclico das crises no capitalismo. Em suma, pode-se dizer que a economia entra em crise porque cresceu, e volta a crescer, passado algum tempo, justamente porque entrou, previamente, em crise.

As crises para o capitalismo são, assim, uma forma de reconstruir bases de acumulação de capital. Para além da manifestação negativa, enquanto ruptura entre o processo de produção e valorização e o de realização e apropriação, contraditoriamente, as crises

têm um aspecto positivo, de queima (desvalorização) daquele capital que foi produzido em excesso, para além das condições que ele mesmo consegue realizar. Elas são a manifestação, na trajetória temporal, da superprodução de capital. Esta significa apenas que o capital tentou se valorizar para além do que era possível. A redução da taxa de lucro, portanto, é a expressão dessa superprodução, e ao contrário do que pensam muitos, não pode ser, por conseguinte, a causa da crise. A desvalorização do capital, como consequência da crise, elimina a superprodução de capital, permitindo, inicialmente, um novo processo de acumulação que, como consequência posterior, reporá a superprodução de capital, e assim sucessivamente.

Mas há crises (cíclicas) e crises. Em determinados momentos da história, as crises são tão profundas e intensas que colocam em xeque a forma histórica específica como o capitalismo se constituiu até ali. São as crises estruturais, impossíveis de serem confundidas com terminais, definitivas. Elas são, portanto, momentos potenciais de delimitação entre as distintas fases históricas do capitalismo. A grande crise dos anos 20/30 do século passado foi estrutural porque demarcou a passagem do capitalismo do período entreguerras para o que veio a ser, posteriormente, a etapa histórica do segundo pós-guerra.

Crises estruturais colocam em xeque não o capitalismo e, no momento em que se apresentam, tampouco necessariamente a forma histórica que até ali se apresentou. Significa que as contradições dessa forma histórica ali se explicitam, sem excluir a possibilidade que o capitalismo saia dela, simplesmente repondo a mesma (ou retocada) forma histórica que vinha apresentando. Só saberemos que essas crises estruturais



CLIQUE E OUÇA



demarcaram de fato etapas históricas distintas depois que elas, historicamente, se estabeleceram, a posteriori, e mesmo assim tudo sujeito a interpretações distintas.

O que vivemos hoje em dia é uma crise estrutural desse tipo. A forma contemporânea como o capitalismo se reconstruiu desde sua última crise estrutural está em xeque. O que é o capitalismo contemporâneo é, assim, um pressuposto para entender a sua crise. A última crise estrutural foi a que se estabeleceu a partir da segunda metade dos anos 60 do século passado. De lá para cá, desde os anos 70, assistimos à construção histórica do chamado capitalismo contemporâneo, com várias características (reestruturação produtiva, políticas econômicas ortodoxas, processos de desregulamentação, liberalização e abertura de mercados, privatizações, neoliberalismo, dentre outras).

A mais chamativa delas foi o chamado processo de financeirização. A interpretação mais comum sobre isso é a crença de que existe um tipo de capital (o financeiro), com uma atuação específica (especulativa e predatória), em um mercado específico (o financeiro), que teria sido hipertrofiado, contaminado toda a economia e resultando na crise que estourou em 2007, mas isso é falso.

A característica marcante do capitalismo contemporâneo não é a financeirização nesse sentido. O que marca nossa etapa históri-

ca é que todo capital (sem exceção), atuando no mercado que seja (todos), passou a se constituir com base na mesma lógica. Assume-se o funcionamento normal de um capital a partir de sua preexistência, na forma de dinheiro, que adquire os elementos necessários para ingressar no processo produtivo, produz valor adicionado (um valor a mais), vai o mercado e, se der sorte, realiza a valorização na forma de lucro. O que caracteriza a contemporaneidade é a inversão disso. O que preexiste não é um capital, na forma que seja, mas apenas a expectativa, hoje, de que, no futuro, existirá um valor do qual se pode apropriar. Vende-se hoje, na forma de título de dívida, um direito de apropriação no futuro, com base em uma produção que ainda não existe, embora possa vir a existir.

Na prática, essa forma de constituição do capital (fictício) significa o crescimento de direitos de apropriação sobre um valor que ainda não foi produzido. É justamente essa contradição entre produção e apropriação que se resolve nas crises. A expectativa de que esse valor não mais existirá (ao menos na magnitude que se esperava) faz com que os detentores desses títulos procurem vendê-los, forçando a precificação baixista que contamina toda a economia e leva à crise. Foi exatamente o que ocorreu a partir de 2007.

Essa crise estrutural do capitalismo contemporâneo passou por distintas fases. A pri-

meira foi a crise de liquidez e inadimplência no sistema bancário-financeiro, a partir daquele momento. A intervenção estatal de recomprar esses títulos produzidos em excesso levou às políticas de austeridade fiscal e à aceleração do crescimento da dívida pública. Por isso, a segunda fase se deu pela crise das dívidas soberanas na zona do euro, no início da década passada. A terceira fase, por razões óbvias, foi a da pandemia, que paralisou diversas estruturas produtivas, mas já se sinalizava por derretimentos de mercados como o imobiliário na China e do petróleo futuro. A quarta fase, a atual, é a da estagflação, a partir do intento da recuperação da economia com base na destruição de elos importantes da cadeia produtiva mundial.

Onde estamos? Em primeiro lugar, a crise não se resolveu. Estimativas mostram que a superprodução de capital fictício ao menos quintuplicou desde 2008, e a produção mundial relativamente estagnada. O problema persiste. O capitalismo vai acabar? Não tão fácil. Ele é dinâmico e flexível o suficiente para renascer das (aparentes) cinzas. Toda a segunda onda de reformas estruturais neoliberais (mais privatizações e reformas) é a tentativa que ele está impondo à sociedade mundial, para aumentar as taxas de exploração e a produção de valor. Se ele vai conseguir ou não é a dúvida, ou ao menos no patamar necessário para resolver a crise sem precisar de nenhuma outra etapa de desvalorização, certamente mais intensa e profunda.

Mas há algumas certezas. Como ele está tentando sair da crise? Mais do mesmo, reforçando as mesmas características (ainda que com retoques formais) de sua contemporaneidade. O neoliberalismo não acabou, infelizmente. Tampouco estamos em outro tipo de sociabilidade, tecnofeudalismo, ou qualquer outro neologismo. O capitalismo ainda é aquele, embora possa se manifestar com outras formas históricas. Ele é eterno? Não necessariamente. Uma última certeza, parafraseando os poetas populares do nosso Nordeste: se ele morrer, será de morte matada, nunca de morte morrida.

** É professor titular da Faculdade de Economia da UFF e membro da diretoria da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP).*

As transformações da estrutura produtiva mundial e suas implicações

Antonio Corrêa de Lacerda*

■ No cenário internacional, as mudanças no capitalismo também revelam as transformações em curso na estrutura produtiva. A globalização financeira e produtiva se intensificou, pós-anos 1990 (LACERDA, 2004). Entre 1980 e 2015, houve um “descolamento” do volume de ativos financeiros, que equivalia ao Produto Interno Bruto (PIB) mundial para um volume cinco vezes maior. A disponibilidade maior de recursos financiou a expansão das empresas transnacionais, do comércio exterior e dos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento, impactando as inovações.

O cenário pós-pandemia de Covid-19 e os desdobramentos das Guerras Rússia-Ucrânia e Israel-Palestina, dentre outras, assim como os impactos da crise climática e, mais recentemente o “tarifaço” de Trump, têm intensificado um reposicionamento dos países diante das cadeias internacionais de suprimentos e da relocação de projetos de investimentos.

As mudanças em curso têm provocado uma revisão dos preceitos e paradigmas da globalização. Após a vigência da visão liberal focada na redução de custos via internacionalização da produção, está em curso um novo conceito de localização das plantas produtivas, que leva em conta os aspectos logísticos e de segurança de fornecimento, na formatação de uma reorganização das cadeias internacionais de suprimentos.

Mais recentemente, no final de 2024, a eleição do Presidente Trump para um

novo mandato presidencial à frente dos EUA e sua assim chamada política MAGA (*Make America Great Again*) vêm provocando profundas transformações de ordem geoeconômica e política. A guerra comercial em curso a partir da decisão unilateral dos EUA em impor tarifas aos países tem gerado enorme instabilidade nos mercados, que buscam reprecificar os ativos em face do novo cenário. A experiência histórica pregressa denota que tanto a intensificação do protecionismo exacerbado quanto a passividade diante do quadro podem levar a consequências trágicas para todos os países.

Após a vigência da visão liberal focada na redução de custos via internacionalização da produção, está em curso um novo conceito de localização das plantas produtivas e sua distribuição, levando em conta os aspectos logísticos e de segurança de fornecimento. Fatores como a revisão da localização da produção e da proximidade dos fornecedores (*reshoring* e *nearshoring*) e as questões geopolíticas (*friendshoring*) visam a minimizar os riscos de descontinuidade do processo produtivo, como o ocorrido recentemente com os insumos fármaco-químicos (IFAs) e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) na Covid-19 e, mais recentemente, com os semicondutores (*chips*), por exemplo. (Figura 1)

O novo paradigma da divisão internacional do trabalho pós-globalização substitui a visão liberal do suprimento pelo menor custo pela segurança de fornecimento. É nesse sentido que está em



CLIQUE E OUÇA

Figura 1



e econômicas não apenas com os EUA e China, mas também com Europa, demais asiáticos, mundo árabe e África.

O grande desafio a ser enfrentado é a ampliação da produção e exportação de produtos e serviços de elevado valor agregado. Somos uma das dez maiores economias do mundo em valor do PIB, assim como uma das dez mais atrativas nações para o ingresso de investimentos diretos estrangeiros (IDE), mas apenas o 26º exportador mundial, o 29º importador e nos colocamos apenas na posição de 56º em inovação (LACERDA, 2025) (Figura 2).

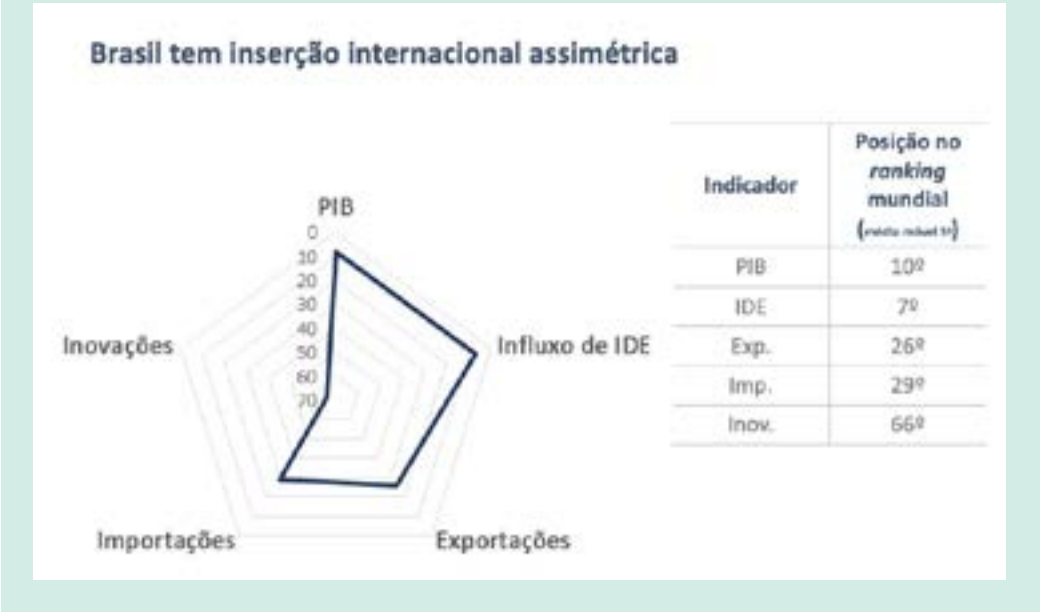
Nossa inserção internacional sob a ótica produtiva é, portanto, assimétrica. O foco relevante deve ser a busca da ampliação da nossa inserção internacional e maior participação de mercado, aproveitando as vantagens competitivas já conquistadas, mas também mediante a criação de novas.

A discussão do grau de abertura da economia permite várias dimensões, uma vez que abrange desde o aspecto da corrente de comércio, a mais usual, mas também o fluxo financeiro, o tecnológico, além do importante grau de integração produtiva. Sob este último corte, o Brasil é de longe o País dos Brics com maior representatividade do estoque de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) relativamente ao PIB.

Em 2024 o estoque de IDE no Brasil atingiu US\$ 1,14 trilhão, o que significa 46,6% do PIB. Em termos relativos, a África do Sul, com 21,2% do PIB (US\$ 113 bilhões), é o segundo maior, seguida da Índia, 14% (US\$ 547,6 bi) e Rússia, 9,9% (US\$ 216 bi). Para a China a parcela é de 9,5% do seu PIB, embora em valores absolutos acumule US\$ 3,65 trilhões de estoque de IDE. (Tabela I)

Os dados denotam que, pela ótica produtiva, o Brasil é a economia mais internacionalizada, levando-se em conta a presença acumulada de empresas transnacionais atuando diretamente na econo-

Figura 2



curso uma alteração significativa da localização e distribuição das cadeias internacionais de suprimentos.

O Brasil tem adotado, corretamente, uma postura pragmática diante do quadro, considerando todos os aspectos envolvidos, especialmente a sua condição de *global player* com relações comerciais

mia. O estudo foi realizado no âmbito do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Econômico e Política Econômica (Depe), do Programa de Pós-graduação em Economia da PUCSP, baseado em dados do Censo do Capital Estrangeiro do Banco Central do Brasil (BCB) e do World Investment Report (WIR 2025) da UNCTAD. (UNCTAD, 2025)

Do total do estoque de IDE, US\$ 884,8 bilhões são referentes à participação no capital social de quase 19 mil empresas; outros US\$ 256,4 bilhões são operações intercompanhia, ou seja, empréstimos entre empresas, que, por critérios internacionais, também são considerados nesta modalidade.

Sob a ótica da origem do total do capital social, os Estados Unidos lideram, com US\$ 244,7 bilhões, 28% do total. Aqui temos importante referência na relação entre os dois países, já que supera em muito a participação de 12% nas exportações. Outros relevantes são Países Baixos: US\$ 145,5 bi (16%), Luxemburgo: US\$ 79,2 bi (9%), França: US\$ 63,3 bi (7%), Espanha: US\$ 61,0 bi (7%), Reino Unido: US\$ 31,0 bi (4%), Japão: US\$ 27,8 bi (3%) e Alemanha: US\$ 21,9 bi (2%).

Na distribuição entre os setores da economia, os serviços lideram, com 59% do total, à frente da indústria (29%) e da agropecuária e extrativismo mineral (12%). Dentre as atividades mais representativas destacam-se: Serviços financeiros e atividades auxiliares, 22%, Extração de petróleo e gás natural: 8%, Comércio, exceto veículos: 7%. Os dados são reveladores da diversidade desta modalidade de investimento no Brasil. Muito importante fator também a ser considerado nas negociações internacionais em curso.

Destaque-se ainda, sob o ponto de vista da inserção externa, o amplo espaço para fomentar a internacionalização das empresas brasileiras, assim como influenciar as estratégias das filiais das empresas transnacionais aqui instaladas e em

Tabela 1

Estoque de investimento direto estrangeiro (IDE) nos países dos Brics (em US\$ até dezembro de 2024 e em % do PIB)

País	Estoque de IDE		
	Em US\$ bilhões	Em % do PIB	PIB em US\$
África do Sul	113,0	21,2	400,3
Brasil	1.141,0	46,6	2.448,5
China	3.650,3	9,5	18.740,0
Índia	547,6	14,0	3.913,0
Rússia	216,0	9,9	2.174,0

Fonte: Elaboração de Antonio Corrêa de Lacerda, com dados do BCB, para o Brasil e do World Investment Report da UNCTAD, 2025 e do Banco Mundial para os demais países.

operação. Nesse sentido, a reglobalização em curso e o reposicionamento das cadeias internacionais de valor podem abrir espaços para uma recolocação do Brasil como plataforma de produção e exportação. O fator segurança de fornecimento, assim como a proximidade geográfica e geopolítica, tem sido considerado nas decisões de localização de novas plantas e definição de fornecedores por parte das empresas globais.

O novo quadro também cria espaços para incrementar estratégias e ações de fomento à internacionalização das empresas brasileiras, importante fator de incremento da nossa participação no mercado externo, tanto no que se refere às exportações de serviços, mas também na ampliação da complexidade dos produtos. Tais fatores são relevantes para diminuir nossa dependência da produção e venda de *commodities*, de maior volatilidade de preços e demanda, e ampliar a complexidade e valor agregado da produção e exportação.

É a integração dos programas estruturais em curso, o Plano Nova Indústria Brasil (NIB), o Programa de Aceleração do Crescimento (NovoPAC) e o Plano de Transição Energética (PTE), assim como seus desdobramentos e medidas correlatas, que baseiam o aprimoramento, formulação e implementação de políticas de desenvolvimento para superar gargalos e

avançar nos objetivos de um País mais justo e equânime, sob a ótica da renda e condições de vida da população.

** É professor doutor do Programa de Pós-graduação em Economia da PUC-SP, conselheiro e ex-presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon) e doutor em Economia pelo IE/Unicamp.*

Referências

LACERDA, A. C. (2025) O Plano Nova Indústria Brasil (NIB) e a neoindustrialização brasileira. In: KON, A. (org.) *Contribuições a uma agenda de políticas públicas meso e microeconômicas no Brasil*. Curitiba: Editora CVR.

LACERDA, A. C. (2004) *Globalização e Investimento Estrangeiro no Brasil*. São Paulo: Editora Saraiva.

LACERDA, A. C. (2022) de. *Reindustrialização: para o desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Editora Contracorrente.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC-SP); Programa de Pós-graduação em Economia da PUCSP, Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Econômico e Política Econômica (DEPE) <https://www.pucsp.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado/economia>

UNITED NATIONS ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD) (2025). *World Investment Report (WIR)*. <https://www.un-ilibrary.org/content/books/9789211073843>

WORLD BANK. *World Bank Open Data*. <https://data.worldbank.org/>



Derivas do capital e o encontro com o solucionismo tecnológico

Isabela Callegari*

■ É, de fato, difícil distinguir a nostalgia que cada indivíduo tende a destinar ao próprio passado de uma avaliação concreta acerca de mudanças paradigmáticas nas quais nossa vida particular pode ou não estar inserida. Toda geração costuma achar que o mundo está mudando radicalmente naquelas poucas décadas que são suas, e mais ainda, diante de saltos tecnológicos acelerados e acontecimentos políticos emblemáticos. Mas, para avaliar se tais fatos são evidências de uma transição entre modos de produção em curso ou se carregam o gérmen de um processo como esse, é necessária a investigação pela razão crítica da maneira mais distanciada possível, alicerçada em categorias coerentes.

A ideia de que estaríamos entrando em uma fase neofeudal ou tecnofeudal vem sendo defendida por diversos pensadores marxistas, já há mais de uma década, dentre os quais, notadamente, Michael Hudson, Jodi Dean, Cédric Durand e Yanis Varoufakis (HUDSON, 2012; VAROUFAKIS, 2021; DEAN, 2024; DURAND, 2025). Por outro lado, duras críticas a essa interpretação têm sido igualmente difundidas por outros autores da mesma escola de pensamento, sendo Evgeny Morozov o mais vocal dentre eles (PRADO, 2022; MOROZOV, 2023; FOSTER, 2025).

Embora ambos os lados concordem a respeito da centralidade emergente das *big techs*, da influência decisiva das novas tecnologias na sociabilidade contemporânea e sobre o aumento da importância relativa das finanças (ou do rentismo) em detrimento do investimento produtivo, a controvérsia tem girado em torno do quanto tais características, fortemente representativas dos novos oligopólios da tecnologia, refletem mudanças qualitativas nas leis de movimento do capital – ou

seja, na forma como o capital circula e se valoriza – ou, alternativamente, se elas seriam, apenas e precisamente, evidências latentes de que o capitalismo segue vivo e no ápice de suas contradições internas.

Os defensores da hipótese do neofeudalismo (ou tecnofeudalismo) destacam a ascensão excepcional de rendas sem investimentos produtivos, seja na esfera financeira, seja pelo aumento de meios extraeconômicos de extração de valor – isto é, aqueles que envolvem influência política direta, despossessão, apropriação de trabalho não pago, violência física, subsídios e *bailouts* –, em relação à exploração rotineira da mais-valia, constricta às leis de mercado e propriedade. Varoufakis e Hudson destacam as evidências de estagnação econômica prolongada e baixa produtividade, resultantes da falta de concorrência e de investimento produtivo, que derivam, por sua vez, da exorbitante concentração de renda e da oligopolização.

As constantes e reiteradas crises de insuficiência de demanda geradas nessa dinâmica obrigam os governos a intervir, o que, de acordo com Varoufakis (2021a, 2021b, 2023), a partir de 2008, e mais uma vez, com a pandemia de Covid-19, foi se tornando a regra. Tal fator, combinado à emergência das novas tecnologias e à acumulação primitiva de um novo capital informacional – os dados da população –, ocorrida também nas últimas décadas, pavimentou o caminho para a consolidação das *big techs*, sendo que a transferência de valor permanente dos Estados para essa nova classe de capitalistas, os *claudalistas*, considerados um setor estratégico na nova corrida industrial, constituiriam a sua forma principal de acumulação, suplantando a geração de lucro via extração de mais-valia.

Nesse ponto, que concerne tanto a questão das rendas *versus* lucros (ou ainda, uma

discussão teórica sobre a definição de rendas) quanto a ideia de uma superposição cada vez maior entre aquilo que seria eminentemente político e o eminentemente econômico, Morozov (2023) e Foster (2025) apontam corretamente – e ecoando os movimentos feminista, antirracista e anticolonialista – que tais mecanismos sempre foram a regra. As formas de acumulação primitiva, predação e força direta nunca deixaram de atuar na periferia do capitalismo, pois elas constantemente criam e recriam as condições para que a exploração cotidiana por meio do mercado ocorra. Assim como Marx já mostrava que o capital reproduz não apenas relações capitalistas de exploração, mas também formas não capitalistas de servidão, expressas no contingente de pessoas precarizadas fora da esfera produtiva (DEAN, 2024). Portanto, para além da violência naturalizada contida na propriedade privada dos meios de produção e na apropriação do excedente em si, as facetas econômica (extração de mais-valia) e extraeconômica (políticas, coercitivas, expropriativas) coexistem dentro do capitalismo.

Da mesma forma, a ingerência capitalista na política para a garantia da acumulação de capital é uma consequência da concentração de poder, bem como a privatização e mercantilização de espaços e instituições que pertenceriam idealmente à esfera do comum é algo constante, não significando, por si só, mudança qualitativa do capitalismo (MOROZOV, 2023). Tampouco os ganhos exacerbados por meio da chamada financeirização parecem novidade, pois, como argumenta Prado (2022), a tendência à dominância financeira no capitalismo já se apresentava desde o final do século XIX como algo inerente à centralização do capital, cenário no qual ganha relevância o capital portador de juros e a sua proliferação em múltiplas e complexas formas por toda a economia, um processo que atinge um estágio de ápice já na década de 1980, com a desregulamentação financeira global, e muito antes, portanto, do advento das novas tecnologias digitais.

Porém, até que ponto a extensão de contradições internas pode gerar algo qualitativamente distinto? Se até mesmo com relação à passagem histórica do feudalismo

para o capitalismo permanece plausível a hipótese de que teriam sido os movimentos intrínsecos do feudalismo que resultaram em um futuro capitalista, como consequência não intencional de interesses feudais (HARMAN & BRENNER, 2006), é também plausível que a excessiva monopolização e financeirização, em conexão com a automação generalizada e a diminuição relativa da importância de mais-valia, possa estar nos encaminhando para um modelo distinto.

Isto é, a dominância financeira é, de fato, conhecida tendência interna do capitalismo, pois afinal, transformar capital em mais capital, sem passar pela mercadoria, é o objetivo mais bem acabado da acumulação, mas qual é o limite a partir do qual essa contradição produz um modelo que não mais se movimenta primordialmente em torno da extração da mais-valia? Ainda, poder-se-ia argumentar que, a despeito de as tendências contraditórias inerentes a um modo de produção carregarem em si o potencial da transição, as revoluções tecnológicas desempenham papel fundamental em catalisar essa transformação, fornecendo as condições materiais necessárias à reorganização de um movimento exponencialmente disfuncional.

Assim, o centro do debate se encontra, primordialmente, não nas leis de movimento do capital, mas na investigação das novas tecnologias digitais em termos de suas implicações sobre a forma mercadoria, a forma trabalho e, consequentemente, para a nossa sociabilidade e organização produtiva. Ou seja, são esses dois elementos, mercadoria e trabalho, que constituem o eixo em torno do qual o capital orbita, em maior ou menor contradição, não havendo transformação efetiva até que a mutação ou deslocamento desse eixo ocorra, ou que novos eixos surjam. Desde tal perspectiva, conclui-se que, ao contrário de serem apenas um novo serviço ou uma simples adição tecnológica, as mudanças extremamente aceleradas trazidas pela digitalização da vida se revelam como substantivas para as categorias citadas, corroborando a hipótese de que estamos em um período de transição, no qual capitalismo e tecnofeudalismo coexistem.

Com a automação generalizada da pro-

dução de mercadorias e custos marginais decrescentes, a tendência enunciada por Marx de aumento da composição orgânica do capital e diminuição relativa da mais-valia nesse setor chega ao extremo (UOL, 2025), e é na arena dos serviços onde o contingente de trabalhadores precarizados é jogado, intensificando-se aí a extração da mais-valia absoluta e relativa, por meio da uberização, desregulamentação do trabalho enquanto tal e “gameificação”. Passam a coabitar nessa esfera categorias de prestadores de serviços baratos, como os de aplicativos de transporte e entregas, e outra de trabalhadores jovens, majoritariamente de países periféricos, seduzidos a ganhar em dólares para treinar as inteligências artificiais que progressivamente substituem o trabalho humano. Gradualmente, a automação tende a se generalizar também no setor de serviços, haja vista que entrevistas de emprego, artigos, notícias e livros já são realizados por inteligências artificiais e carros automatizados estão sendo testados para substituir motoristas.

Em paralelo a isso, cria-se um novo tipo específico de mercadoria, de trabalho e de valor, pela comodificação de dados. Aquilo que já existia ou era espontaneamente criado, em todo lugar, a todo momento, cujo valor era atribuído apenas pelo indivíduo e sua coletividade próxima, é agora passível de apropriação contínua e de valor mercantil. Com a invenção do espaço digital e incentivos direcionados pelo algoritmo, um processo similar ao da comodificação da natureza ocorre, mas em um novo espaço etéreo, livre para aqueles que o colonizaram primeiro, o que diminui as restrições físicas anteriores e amplia enormemente as possibilidades de acumulação – apesar de a limitação última da nuvem seguir sendo imposta pela sua demanda energética exorbitante (REHAK, 2024; TOM'S HARDWARE, 2024; THE INTERCEPT, 2025).

Se toda a nossa vida puder ser reconceptualizada como uma série de informações e dados, tudo está passível de ser comodificado e apropriado pelos claudalistas, em um fluxo contínuo e não mais em uma disputa em torno de um estoque fixo. Ainda, a produção de informações e dados pela mera existência humana contém trabalho (e tempo) mas não



se reduz a isso, conformando, portanto, um novo tipo específico dessa categoria, diferente do trabalho que ocorre no processo produtivo. Por fim, esta arena tende a se expandir, em formas ainda desconhecidas, à medida que mais trabalhadores são expulsos do circuito da mais-valia e recorrem à intensificação mercantil de seus próprios dados. Tanto capitalistas quanto trabalhadores se tornam classes subordinadas aos claudalistas, que cobram de todos uma taxa para o acesso àquele que passa a ser o espaço social por excelência. Assim como o capitalismo socializou a produção ao mesmo tempo em que a privatizou, o tecnofeudalismo socializou ao extremo o espaço de interação e o manteve sob seu domínio.

Portanto, longe de ser uma interpretação que ignora o poder destrutivo e vigente do capitalismo, a avaliação de que estamos em um momento de transição no qual ocorre uma reconfiguração do capital, em superposição à ascensão de uma nova classe, um novo espaço de sociabilidade e novas formas de exploração, nos fornece maior precisão para direcionar nossos esforços. Em que pese a discordância com relação à hipótese tecnofeudal, é Morozov (2013) quem corretamente nos mostra a necessidade de lutar contra o solucionismo tecnológico, uma tecnoueuforia acrítica, que teve papel ideológico importante em legitimar socialmente os devaneios do Vale do Silício até aqui. A recusa da ideia antropocêntrica da tecnologia como algo neutro e amoral, que pode ser moldado livremente, e a construção de uma ética tecnológica, calcada na coletividade e nos princípios da precaução e da suficiência ecológica, precisam ser elementos constitutivos da luta anticapitalista no século XXI.



* É mestra em Teoria Econômica pela Unicamp, pesquisadora do Instituto Eqüit, membro do Grupo de Estudos em Macroeconomia Ecológica (Gemaeco), membro do Instituto Justiça Fiscal (IJF), membro cofundadora do Instituto de Finanças Funcionais para o Desenvolvimento (IFFD) e parte do Conselho Técnico-Científico da mesma instituição.

Referências

DEAN, Jodi. *Becoming Neofeudal: changing laws of motion on the social manor*. Palestra apresentada no evento “Neofeudalism?”, The Chicago Center for Contemporary Theory, 07 de junho de 2024. Disponível em: <https://youtu.be/iV6r1la1raQ>.

DURAND, Cédric. Para escapar do tecnofeudalismo. *Outras Palavras*, 06 de fevereiro de 2025. Disponível em: <https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/para-escapar-do-tecnofeudalismo/>.

FOSTER, John Bellamy. Techno-feudalism is a myth: John Bellamy Foster on capitalism, MAGA, and China. *MR Online*, 26 out. 2025. Disponível em: <https://mronline.org/2025/10/26/techno-feudalism-is-a-myth-john-bellamy-foster-on-capitalism-maga-and-china/>.

HARMAN, Chris; BRENNER, Robert. *The origins of capitalism*. International Socialism, n. 111, Summer 2006. Disponível em: <https://isj.org.uk/the-origins-of-capitalism/>.

HUDSON, Michael. The Road to Debt Deflation, Debt Peonage, and Neofeudalism. *Levy Economics Institute of Bard College*, 2012. (Working Paper, n. 708). Disponível em: <http://www.levyinstitute.org>.

MOROZOV, Evgeny. Tecnofeudalismo – ou o capitalismo de sempre? *Outras Palavras*, 4 out. 2023. Disponível em: <https://outraspalavras.net/pos-capitalismo/tecnofeudalismo-ou-o-capitalismo-de-sempre/>.

MOROZOV, Evgeny. *To save everything, click here: the folly of technological solutionism*. New York: Public Affairs, 2013.

VAROUFAKIS, Yanis. A hipótese do tecnofeudalismo. *Outras Palavras*, 5 out. 2023. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/a-hipotese-do-tecnofeudalismo/>.

[tps://outraspalavras.net/outrasmidias/a-hipotese-do-tecnofeudalismo/](https://outraspalavras.net/outrasmidias/a-hipotese-do-tecnofeudalismo/).

VAROUFAKIS, Yanis. Yanis Varoufakis on Techno-feudalism. *The Crypto Syllabus*, 05 nov. 2021. Disponível em: <https://the-crypto-syllabus.com/yanis-varoufakis-on-techno-feudalism/>.

VAROUFAKIS, Yanis. O tecno-feudalismo está substituindo o capitalismo de mercado? *Project Syndicate*, 11 jun. 2021. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/commentary/techno-feudalism-replacing-market-capitalism-by-yanis-varoufakis-2021-06>.

PRADO, Eleutério. Crítica da desrazão neofeudal. *Outras Palavras*, 16 de setembro de 2022. Disponível em: <https://outraspalavras.net/pos-capitalismo/critica-da-desrazao-neofeudal/>.

REHAK, Rainer. On the (im)possibility of sustainable artificial intelligence. *Internet Policy Review*, 30 de setembro de 2024.

THE INTERCEPT BRASIL. Ceará libera ponte para data center de TikTok em área protegida. *The Intercept Brasil*, 27 out. 2025. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2025/10/27/ceara-libera-ponte-para-data-center-de-tiktok-em-area-protegida/>.

TOM'S HARDWARE. OpenAI's colossal AI data center targets would consume as much electricity as entire nation of India – 250GW target would require 30 million GPUs annually to ensure continuous operation, emit twice as much carbon dioxide as ExxonMobil. *Tom's Hardware*, 2024. Disponível em: <https://www.tomshardware.com/tech-industry/artificial-intelligence/openais-colossal-ai-data-center-targets-would-consume-as-much-electricity-as-entire-nation-of-india-250gw-target-would-require-30-million-gpus-annually-to-ensure-continuous-operation-emit-twice-as-much-carbon-dioxide-as-exxonmobil>.

UOL. China entrega exército de robôs humanoides para trabalho 24h em fábricas. *Notícias UOL*, 16 de novembro de 2025. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2025/11/16/china-entrega-exercito-de-robos-humanoides-para-trabalho-24h-em-fabricas.htm>.

Rodrigo Castelo assina o 17º artigo da série de textos intitulada “Atualizando o debate sobre dependência econômica”. Há uma forte tradição de debates no pensamento econômico brasileiro sobre o grau de dependência econômica do Brasil e os impactos e limitações que essa dependência nos impõe. Com o intuito de levar aos economistas as mais recentes contribuições à evolução deste debate, tão profícuo para a compreensão da realidade do Brasil, o Corecon-RJ publica essa série, que oferece distintas perspectivas e aborda aspectos diversos relacionados à dependência econômica e suas mazelas na atualidade.



O mito da crise secular do estado do Rio de Janeiro e sua crítica da economia política

Rodrigo Castelo*

■ A história do desenvolvimento econômico no estado do Rio de Janeiro (RJ) é recheada de polêmicas. Se levarmos em conta versões anunciadas pelas classes dominantes fluminenses e seus intelectuais orgânicos, poderíamos dizer que o estado vive uma crise secular desde a Primeira República. Ao invés de “um pacto eterno com a prosperidade”, nas palavras de Carlos Lessa (2000), o Rio de Janeiro teria um pacto eterno com a crise, ou seja, estaria encantado por uma espécie de maldição econômica que se manifestaria após ficar décadas inerte.

Esta história lamuriosa contada pelas classes dominantes fluminenses, ecoada e sistematizada por associações patronais como a Firjan e a Associação Comercial do Rio de Janeiro e economistas de matrizes ortodoxas, teria início nas primeiras décadas do século XX, quando o estado foi ultrapassado, em termos de produção industrial, pelo vizi-

nho São Paulo. Quarenta anos depois, a história da crise secular ganharia um novo capítulo com a transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília.

O tema da crise secular foi novamente impulsionado na década de oitenta, na esteira do choque da dívida externa e o esgotamento da etapa militarizada do nacional-desenvolvimentismo. No debate econômico, aquela década ficou conhecida como “a década perdida” por conta da queda vertiginosa das taxas nacionais de crescimento. E o Rio de Janeiro não teria ficado de fora do velório: foi uma das regiões mais abaladas pela crise. Ao invés de uma década perdida, o Rio teria perdido duas, ou mesmo, três décadas de oportunidades de negócio, lamentam empresários, viúvos e órfãos do desenvolvimentismo.

Por fim, na segunda década do século XXI, o RJ teria sofrido um novo baque, logo quando a região parecia ter finalmente rompido com a maldição secular. Em 2013,





o semanário britânico *The Economist* elaborou uma das suas duas capas com a estátua Cristo Redentor no formato de foguete: nesta versão mais recente, o foguete está em rota de colisão com o morro do Corcovado. Outros canais da mídia corporativa viram as vidraças estilhaçadas de bancos durante as manifestações das Jornadas de Junho como uma parábola da crise. Em que pese o teor catastrófico e reacionário das manchetes e matérias, eram retratos (nada fiéis) do fim do mal chamado neodesenvolvimentismo.

Bem, esta é uma forma parcial de interpretar a história econômica do estado. Não é o objetivo do presente artigo negar a existência de períodos de crise capitalista no estado do Rio de Janeiro, mas sim de apresentar uma interpretação contra-hegemônica à narrativa (ficcional) de uma crise secular do desenvolvimento econômico do estado do Rio de Janeiro. Veremos que o chororô da alta burguesia não se justifica plenamente nos fatos, mas tão somente na perspectiva da reprodução dos seus interesses históricos materiais.

Ora, se quisermos sair do plano superficial das análises ortodoxas e analisarmos as sucessivas crises capitalistas no estado fluminense para além de pactos eternos ou maldições, podemos evocar uma tradição maldita do pensamento econômico. Estamos falando da crítica da economia política e suas teses sobre acumulação, crise e realização da riqueza socialmente produzida. Em especial, para análises concretas mais acuradas sobre o Brasil (e, por conseguinte, do Rio de Janeiro), devemos nos reportar às correntes anticoloniais e terceiro-mundistas da crítica da economia política, como a teoria marxista da dependência.

Em linhas gerais, de acordo com a crítica da economia política, as crises econômicas são fenômenos intrínsecos aos ciclos de acumulação capitalista. Depois do auge, vem a derrocada. Não há como evitá-la no capitalismo, nem mesmo evocando a Teoria Geral keynesiana ou utilizando

sofisticados (e necessários) instrumentais de política econômica; no máximo, haverá uma postergação do início da crise e/ou amenização dos seus efeitos. Algo desejável, por sinal, mas insuficiente para conter a agudização da “questão social”. Tais teorias e políticas macroeconômicas anticíclicas funcionam como paliativos, nunca como eutanásia, seja qual for a forma assumida pelo capital. A morte planejada e assistida do capitalismo, rentista ou não, virá por outros meios políticos.

Em termos mais concretos, para a análise das crises capitalistas no Rio de Janeiro desde o início do século XX, podemos apontar que tais eventos seguem uma regularidade encontrada na crise dos padrões de reprodução do capital no capitalismo dependente no Brasil. Nos termos de Jaime Osorio (2012), baseados nos escritos de Ruy Mauro Marini ([1982] 2025), existiram na América Latina três padrões de reprodução do capital: o agromineiro exportador (1850-1930), o industrial (1930-1980) e o exportador de especialização produtiva (1980-...). Com as devidas mediações históricas e teóricas, podemos adaptar esse instrumental analítico para estudarmos as crises no Rio de Janeiro (CASTELO et al., 2020).

No primeiro padrão de reprodução do capital, o agromineiro exportador, o Rio de Janeiro foi a vanguarda na produção de riqueza nacional com uma economia baseada em operações financeiras, produtivas e mercantis, incluindo a compra e venda de escravizados. A exploração do trabalho baseado na coerção extraeconômica, produzindo riqueza excedente na forma de café, era a base do capitalismo dependente. Apesar da centralidade da economia agroexportadora, os germens da industrialização já começavam a florescer no estado, incluindo a construção de ferrovias, fundação de bancos e bolsa de valores, empresas têxteis, metalúrgicas, fundições, etc.

Até a divulgação do Censo Industrial de 1920, o Rio de Janeiro foi o líder do *ranking*

econômico do país. Na ocasião, foi ultrapassado por São Paulo. Esta primeira crise no RJ expressava, no fundo, a crise do primeiro padrão de reprodução do capital no Brasil e a alternância de hegemonia no bloco social entre as classes dominantes paulistas e fluminenses. Mesmo que se reconheça essa queda como um evento significativo da história nacional, da qual o Rio nunca se recuperou, soa como mimimi da alta burguesia carioca e fluminense, até hoje no controle de um PIB regional de R\$ 1,3 trilhão. Convinhamos, não é pouco.

Mais à frente, em 1960, o esvaziamento do Rio não teve como causa central a transferência da capital para o Planalto Central, apesar dos impactos negativos causados na economia regional por esta mudança. Naquele então, estávamos diante de uma das maiores crises orgânicas do capitalismo no Brasil, na qual o segundo padrão de reprodução do capital passava por uma severa transição, a saber, a consolidação do grande capital monopolista, agora hegemonizado pelo capital financeiro internacional materializado nas grandes multinacionais.

O golpe de 1964 foi o ato de resolução (provisória) nas disputas intraburguesas e entre classes sociais antagônicas, com a derrota de setores nacionalistas da pequena burguesia e vanguardas reformistas e revolucionárias das classes trabalhadora e campesina. O país como um todo foi convulsionado, mas o peso do tacão de ferro estatal e os efeitos deletérios da crise nacional recaíram com muito mais força sobre os subalternizados. O estado do Rio de Janeiro passou por um forte abalo, mas ainda assim suas classes dominantes continuaram com os cofres recheados.

Nos anos 1980, constatou-se a transição do segundo para o terceiro padrão de reprodução do capital no Brasil, que ajustava sua histórica inserção subordinada ao mercado mundial na etapa neoliberal do imperialismo. Saiu de cena o padrão industrial para, logo a seguir, setores exportadores de espe-



cialização produtiva assumirem o protagonismo da reprodução do capital. Abalada a economia regional por mais de uma década, o RJ se constituiu, a partir do início do século XXI, como um dos principais polos da reprodução do capital a partir das atividades de extração, refino e transporte do petróleo. A descoberta do pré-sal foi um dos maiores eventos econômicos mundiais do século e o Rio surfou em mar de ondas curtas. Além da indústria de gás e petróleo, carro-chefe da reprodução ampliada capitalista, o território fluminense foi contemplado com investimentos estrangeiros e nacionais, públicos e privados, em atividades portuário-logísticas, indústrias automobilística e naval, setor de turismo etc.

Vale lembrar que, em 2008, a revista *The Economist*, citada anteriormente, lançou uma capa icônica: o Cristo Redentor decolando como um foguete, numa alusão à teoria ortodoxa do crescimento econômico de W. W. Rostow. Em 2011, a cidade maravilhosa, capital do estado, foi retratada na animação infantil Rio, que se tornou um sucesso cinematográfico mundial. Depois, a cidade foi palco de megaeventos, vitrine da nova fase de desenvolvimento do país. Eike Batista, representante da alta burguesia carioca, foi eleito o homem mais rico do país. Tudo parecia dar certo, até dar errado...

Com a chegada da crise orgânica capitalista no Brasil a partir de 2013-2016, abriu-se a crise do terceiro padrão de reprodução do capital, e o Rio, na crista das ondas curtas, tomou um caixote digno de nota. De pires na mão, governadores foram a Brasília, sempre com apoio das associações patronais, assinar acordos de recuperação das contas estaduais, como se a crise fosse somente fiscal (ou da corrupção endêmica). Mesmo assim, o estado permaneceu teimosamente como a segunda economia de um país de PIB estimado em R\$ 11,7 trilhões.

O custo da crise recaiu novamente sobre setores da classe média e trabalhadores, como funcionários públicos estadu-

ais que ficaram meses sem salário, e com a pauperização de milhões de pessoas, em especial negras e periféricas; isto sem contarmos o aprofundamento da superexploração da força de trabalho, o agravamento de expressões da “questão social” e sua militarização, que ceifa milhares de vidas de jovens negras e negros das periferias, subúrbios e comunidades.

Em suma, a crise não é uma falha episódica no desenvolvimento econômico, mas algo inscrito no DNA do capitalismo. Crise não é um mero interregno entre períodos de crescimento: é tempo de reprodução ampliada do capital restrita aos altos escalões, retomando fôlego para uma nova etapa de desenvolvimento. Crise e desenvolvimento são uma unidade dialética e contraditória no capitalismo, não podendo ser dissociados.

Em tempos de crise, setores da alta burguesia lucram como nunca antes e expropriam tanto pequenos e médios concorrentes, centralizando e concentrando capital, como as classes subalternizadas. Não à toa, na atual crise mundial, diversos estudos científicos atestam a concentração de renda e riqueza no estrato dos 1%.

De crise em crise, vivenciamos o desenvolvimento do capitalismo dependente no Brasil. No Rio de Janeiro, não é diferente. O discurso da crise secular do estado é, em larga medida, mobilizado como um recurso de disputa ideológica das classes dominantes para se apoderar de fatias generosas do fundo público, alimentado por expropriações tributárias que penalizam trabalhadoras e trabalhadores e devorado pelo andar de cima via concessões tributárias, pagamento de dívidas e etc. O que não é dito pelas retóricas oficial do Estado e oficiosa de grandes associações patronais é que o custo das crises é repartido de forma extremamente desigual entre as classes, e não somente entre os estados da federação. A disputa federativa é, antes de tudo, uma luta entre classes sociais pela riqueza nacional.

Para mudar este estado de coisas, o acú-

mulo de forças via reformas não se mostrou suficiente para abalar as estruturas do capitalismo dependente e para criarmos uma nova sociedade. A partir do horizonte reformista do desenvolvimento, nos limitaremos a gerenciar crises e gastar nosso cacife em apostas que se mostraram infrutíferas nas últimas grandes crises regionais, nacionais e mundiais.

É hora de retomarmos os debates estratégicos da revolução brasileira como forma de enfrentamento e superação das crises, colocando um ponto final na “questão social”.

** É professor da Escola de Serviço Social da Unirio e coordenador do Laboratório de Estudos, Pesquisas e Extensão Marxismo e Questão Social (Lemques). E-mail: rodrigo.castelo@unirio.br.*

Referências bibliográficas

- CASTELO, Rodrigo; ROCAMORA, Guilherme de; GALDINO, José Henrique. Padrão de reprodução do capital e expropriações do fundo público: um estudo sobre a crise do Estado do Rio de Janeiro nos anos 2010. *Anais do XXV Encontro Nacional de Economia Política*. Salvador, 2020. Disponível em: [https://enep.sep.org.br/uploads/848_1583635519_PRC_expropriacoes_e_crise_fiscal_RJ_\(com_identificacao\)_pdf_ide.pdf](https://enep.sep.org.br/uploads/848_1583635519_PRC_expropriacoes_e_crise_fiscal_RJ_(com_identificacao)_pdf_ide.pdf).
- LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto-estima*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- MARINI, Ruy Mauro. Sobre o padrão de reprodução do capital no Chile. In: CASTELO, Rodrigo; PRADO, Fernando Correa (org.). *Ruy Mauro Marini: dependência e revolução na América Latina*. Textos selecionados (1972-1994). São Paulo: Expressão Popular, [1982] 2025. p.268-309.
- OSORIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (org.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012. p.103-133.